

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO E IGREJA CATÓLICA NO BRASIL
A EDUCAÇÃO NAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE DE 1982 E DE
1998

ERONILDO JOSÉ DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Educação, Área de concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor José Flávio Pereira

MARINGÁ, NOVEMBRO 2002

AGRADECIMENTO

A minha família.

Ao meu amigo Rogério pela sua paciência em me ouvir.

Ao meu amigo Paulinho, por me incentivar a continuar.

Ao meu orientador José Flávio pela paciência em me orientar.

**Aos meus mestres inesquecíveis: Renata, Guaraciaba, Izilda, Davi e
Neto**

DEDICATÓRIA

**A MOKITI OKADA, pela sua sabedoria
A MARIA JACINTO DA SILVA, minha mãe. Razão da minha existência**

SUMÁRIO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.....	1
ERONILDO JOSÉ DA SILVA.....	1
AGRADECIMENTO.....	2
DEDICATÓRIA.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE.....	19
2.1. Ambiente político-cultural.....	19
2.2. A gênese da Campanha da Fraternidade.....	27
2.3. Educação e dívida social.....	32
2.4. Concílio do Vaticano II.....	35
2.5. As conferências continentais de Medellín, Puebla e Santo Domingo.....	40
CAPÍTULO II.....	46
3. A CNBB E A EDUCAÇÃO: DE 1982 A 1998.....	46
3.1. A opção pelos pobres, e a recusa da luta revolucionária.....	46
3.2. As estratégias de educação contidas nas campanhas da fraternidade de 1982 e 1998.....	50
3.3. A valorização da educação informal como ampliação da educação.....	60
3.4. A educação na Conferência de Santo Domingo e sua relação com o mundo globalizado.....	61
3.5. Os desafios da educação apresentados na Campanha da Fraternidade de 1998: a construção da cidadania.....	68
CAPÍTULO III.....	73
4. A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA: DE MEDELLÍN A PUEBLA.....	73
4.1. A educação libertadora sob a ótica da Igreja Romana.....	73
4.2. Da educação libertadora à educação evangelizadora.....	76
4.3. A educação libertadora sob nova roupagem: educação para a solidariedade.....	82
5. CONCLUSÃO.....	88
BIBLIOGRAFIA.....	97

1. INTRODUÇÃO

A religião é uma dimensão do ser humano e um setor das culturas dos povos que oferece possibilidades de questionamentos provocadoras. A escolha do tema deste trabalho não parte do velado, do inconsciente, mas da constatação da permanente e essencial presença religiosa na sociedade e nas relações humanas.

Este estudo enfoca especificamente as campanhas da fraternidade, realizadas pela Igreja Católica brasileira, sem porventura desmerecer a importância de todos

os demais tipos de campanhas. Seleccionamos mais especificamente duas campanhas da fraternidade que tratam da educação, uma vez que o nosso objetivo é analisar como a Igreja enfrenta a questão da educação dos fiéis.

A justificativa do estudo pode ser facilmente compreendida através do ideal da Igreja Católica de ser formadora de valores e sua visível vontade de estar atenta às mudanças no tempo histórico, principalmente nos tempos atuais, quando se têm várias formas de transmitir a educação.

Através do estudo dos documentos da Igreja, especificamente dos do Concílio Vaticano II, 2ª e 3ª Conferência Episcopal Latino-americana e dos textos-base das campanhas da fraternidade de 1982 e 1998, pode-se perceber que os conteúdos desses documentos explicitam o projeto e as estratégias que a Igreja Católica estabeleceu para educar os seus fiéis e, conseqüentemente para sua perpetuação enquanto instituição educadora presente na sociedade. Conforme assinala um estudioso, a educação do homem é parte da missão da Igreja Católica.

Para a Igreja, educar o homem é parte integrante de sua missão evangelizadora, continuando assim a missão de Cristo Mestre. Quando a Igreja evangeliza e consegue a conversão do homem, também o educa pois a salvação — dom divino e gratuito - longe de desumanizar o homem, o aperfeiçoa e enobrece; “faz com que cresça em humanidade”. A evangelização é, neste sentido, educação. Todavia, a educação enquanto

tal não pertence ao conteúdo essencial da evangelização, mas ao seu conteúdo integral.¹

Este estudo objetiva, pois, mapear a (s) estratégia (s) educativa(s) da Igreja Católica por meio das Campanhas da Fraternidade que são apresentadas todos os anos à sociedade brasileira como forma de transmitir a sua mensagem aos seus fiéis. No entanto entendemos que a Campanha da Fraternidade é uma das estratégias da Igreja Católica Brasileira, dentre outras com o mesmo propósito. Ressaltamos ainda que as campanhas da fraternidade fazem parte de um grande projeto educativo desencadeado a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais realizadas em Medellín e Puebla.

Elegemos o período 1982-1998 como corte cronológico, pois no ano de 1982 a Igreja Católica realiza, em nível nacional, a Campanha da Fraternidade sobre Educação com o tema Educação e Fraternidade e o lema - A Verdade vos libertará, sendo novamente este tema tratado no ano de 1998 com outra Campanha da Fraternidade discutindo a questão educacional em nosso País, sob o tema Fraternidade e Educação e o lema - A Serviço da Vida e da Esperança.

Porém para entendermos melhor a natureza e os objetivos das campanhas, é preciso voltarmos no tempo, até a década de 60. Nesta década, a sociedade e a Igreja são marcadas pelo impacto dos movimentos políticos, sociais e ideológicos

¹ LIBANEO, Pe. João Batista. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Edições Loyola, 1979, p.298.

surpreendentemente tensos e de questionamentos, em todos os continentes. Nesse período o socialismo passa na Europa por experiências originais e abre perspectivas para uma nova conjuntura social e política. Na América Latina, Cuba se torna a ponta-de-lança da revolução proletária, sonhada para todo o continente.

A política de desenvolvimento “Aliança para o Progresso”, de John Kennedy, torna-se plataforma econômica capitalista para os países do Terceiro Mundo. Nessa política, a tecnologia teve um papel de alta importância e “de pilotagem” do processo global. É uma sociedade profundamente dividida entre operários e patrões.

Diante da realidade de uma sociedade complexa, especialmente pluralista, secularizada, surge a necessidade de definir e estimular o papel evangelizador da Igreja. A resposta de uma pastoral centrada na abertura e no diálogo com a sociedade contemporânea virá com a palavra e os gestos do Papa João XXIII.

A fim de colocar as bases e os parâmetros dessa evangelização voltada para o futuro, o Papa João XXIII, além de oferecer suas encíclicas como roteiro, anunciou e promoveu o Concílio Ecumênico Vaticano II², como fórum de discussão e como fonte das novas diretrizes da Igreja.

² A Igreja Católica, desde seu nascimento, no dia de Pentecostes realizou periodicamente grandes encontros reunindo todos os bispos do mundo. Esses encontros são chamados de “Concílios Ecumênicos”, e têm como objetivo discutir, deliberar e promulgar textos fundamentais para o desenvolvimento da Doutrina Católica, tendo sempre como referência a Bíblia Sagrada e a Tradição do Magistério Romano. Ao longo desses vinte séculos de cristianismo, houve vinte e um Concílios Ecumênicos, sendo o primeiro o Concílio de Jerusalém, com a presença de todos os Apóstolos, sob a presidência de São Pedro, o primeiro Papa; e o último, o Concílio Vaticano II, realizado no Vaticano sob a presidência dos Papas João XXIII e Paulo VI. Esse Concílio teve a duração de três anos (1962-1965).

O Papa João XXIII se voltou especialmente para as tarefas evangelizadoras, visando à América Latina, já então território aberto à expansão das denominações protestantes e propício às fermentações sociopolíticas, assim como à implantação do comunismo, em Cuba.

Com insistência o Papa João XXIII lança um apelo à Igreja Latino-Americana com vista a um trabalho pastoral programado e coordenado. O Concílio³ assumiu de fato para a Igreja uma nova perspectiva no que se refere à reflexão teológica e quanto à prática pastoral.

No continente Latino-Americano, a Igreja sentia necessidade de redimensionar as preocupações de sua pastoral nos quadros inovadores do Vaticano II e colocar-se diante das ondas de violência generalizada, fruto de situações problemáticas que desencadearam um processo de anseios e buscas por transformações profundas na América Latina, marcada por um momento de instabilidade política, desestabilização econômico-social e agitações ideológicas.

A partir da realização do Concílio Ecumênico Vaticano II ocorre uma mudança radical na relação da Igreja Católica com a comunidade. O leigo passou a ter maior participação em trabalhos até então restritos aos religiosos e sacerdotes.

³ Esse Concílio foi eminentemente um “Concílio Pastoral”, isto é, não definiu dogmas ou novos pontos doutrinários, mas propôs novas formas de evangelização, bem como atualizou o rito da missa, que passou a ser rezada não mais em latim mas em língua vernácula, para a maior participação dos fiéis católicos.

O Papa João XXIII fez a abertura do Concílio em outubro de 1962, tendo sido este encerrado pelo Papa Paulo VI em dezembro de 1965. No Concílio foram elaborados 16 documentos, que trataram dos seguintes assuntos: A Igreja, a revelação divina, a Igreja no mundo de hoje, a liturgia, o ecumenismo, as igrejas orientais católicas, a atividade missionária da Igreja, a atividade pastoral dos Bispos na Igreja, o mistério e a vida dos presbíteros, a atualização dos religiosos, a formação sacerdotal, o apostolado dos leigos, os meios de comunicação social, a educação cristã, a liberdade religiosa e as relações da Igreja com a religiões não-cristãs.

Na abertura do Concilio Vaticano II o Papa João XXIII destacou a sua finalidade: pastoral. Nesta ocasião o Papa João XXIII afirmou o seguinte:

Sempre a Igreja se opôs aos erros: muitas vezes ate os condenou com a maior severidade. Nos nossos dias, porém. a Esposa de Cristo prefere usar mais o remédio da misericórdia que o da severidade: julga satisfazer melhor as necessidades de hoje mostrando a validez da sua doutrina que condenando erros...⁴

Com a realização deste Concílio a Igreja Católica procura o ponto norteador da verdade religiosa por ela preconizada, desejando ratificar o papel de mãe amorosa de todos, benigna, paciente, misericordiosa e bondosa com os filhos dela separados

A Igreja também queria uma nova forma de comunicação com os fieis: *“Que a doutrina seja apresentada de modo acessível, assimilável, em linguagem clara,*

⁴ Concilio Vaticano II, Constituições, Decretos, Declarações, Documentos e Discursos Pontifícios, Edições Paulinas, 1967, p. 18-19

*simples, suscetível de ser recebida e compreendida pelos homens de nosso tempo adaptada à mentalidade moderna”. Mas fazia uma ressalva: Não é a doutrina que deve ser adaptada, é a sua apresentação.*⁵

Incorporando o espírito do Concílio Vaticano II, os bispos brasileiros em Roma decidiram realizar uma campanha da fraternidade no Brasil. A idéia de uma Campanha em nível nacional focando a questão da fraternidade surgiu no Rio Grande do Norte durante a Quaresma de 1962, se estendendo por todo o país. Nessa fase inicial a idéia da campanha teve apoio do Secretariado Nacional de Ação Social da CNBB, que tinha sob a sua dependência a *Caritas* Brasileira, organismo surgido em 1957 que ainda hoje atua anexo à CNBB.

Era a *Caritas* quem executava no Brasil os programas de assistência social organizados por convênios entre a CNBB e o Serviço Católico de Bem-Estar - “Catholic Relief Service” (CRS), órgão da Conferência dos Bispos dos Estados Unidos.

Em 1962, o Pe. Edmundo Nelson Leising, diretor regional da *Caritas* em São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais, Mons. Hilário Pandolfo, diretor nacional da *Caritas* Brasileira, e o Mons. Alfred Schneider, diretor da CRS, começaram a pensar uma maneira de sustentar a *Caritas* Brasileira a longo prazo, com recursos próprios. Convinha que ela deixasse de ser mera executora dos

⁵ Concilio Vaticano II, Constituições, Decretos, Declarações, Documentos e Discursos Pontíficos, Edições Paulinas, 1967, p. 8-9.

programas de assistência social do referido convênio entre a CNBB e a Conferência norte-americana. Projetaram, então, realizar no Brasil o que organizações semelhantes da Igreja faziam e ainda fazem nos Estados Unidos e na Europa.

Surgiu então a idéia de dinamizar a *Caritas* mediante uma campanha de âmbito nacional. Perceberam que isto seria realmente possível, porque a *Caritas*, nessa ocasião, já estava organizada em todas as dioceses do País. Consistiria tal campanha numa atividade ampla, em tempo determinado, com arrecadação financeira. Deveria promover a fraternidade cristã mediante a colaboração com os mais necessitados.

Ao mesmo tempo precisaria ser motivada por um tema, tornando-se assim um momento de evangelização. Escolheu-se a Quaresma, que é o tempo de conversão para a fraternidade e a caridade. Dom Eugênio de Araújo Sales, na ocasião administrador apostólico da Arquidiocese de Natal, era o responsável pelo Secretariado Nacional de Ação Social e, por isso, presidente da *Caritas* Brasileira.

Dom Eugênio assumiu a idéia e promoveu no Rio Grande do Norte a primeira Campanha da Fraternidade na quaresma de 1962. Ainda em 1963, os bispos do Brasil, reunidos para o Concílio em Roma, decidiram que a Campanha da Fraternidade seria promovida em âmbito nacional. Data de 23 de dezembro a circular endereçada a todos os bispos do Brasil, que se tornou como que a “Certidão de Nascimento” da Campanha

da Fraternidade, firmada pelo secretário-geral da CNBB, Dom Helder Pessoa Câmara, então arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Cerca de 70 dioceses em todo o Brasil realizaram em 1964 a primeira Campanha da Fraternidade de âmbito nacional, ainda através do Secretariado Nacional de Ação Social e das *Caritas* Brasileira. Com os recursos humanos nela despertados e os recursos materiais obtidos, a CNBB se dedicou a preparar a campanhas seguintes.

Em 1965, como a CNBB decidira assumir a Campanha da Fraternidade, a direção da *Caritas* propôs uma base de organização que levasse em conta a preocupação pastoral nascida no Concílio e ao mesmo tempo a participação da *Caritas* na Campanha da Fraternidade.

Após a Campanha da Fraternidade de 65, o secretário-geral da CNBB e bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom José Gonçalves da Costa, se empenhou em estruturar a Campanha da Fraternidade. Em 1967 ele nomeia Pe. Tomé Morressey coordenador da Campanha da Fraternidade, e o Pe. Jacob Irineu Bévian, do clero diocesano de Passo Fundo, RS, assessor eclesial para desenvolver a reflexão pastoral na organização da Campanha. Já no ano seguinte, o secretário-geral convidou o Pe. Alfredo Novak para o serviço permanente de coordenação nacional da Campanha da Fraternidade.

Apesar da linha profundamente educativa e evangelizadora da Campanha da Fraternidade, ainda predominava o cunho financeiro-assistencialista, que não motivava o clero. Este, em grande parte, via na Campanha da Fraternidade uma forma de levar para fora de suas comunidades os recursos financeiros e não percebia o cunho de fraternidade que se procurava imprimir à Campanha.

Surgiu então, em 1967, um pequeno manual de 26 páginas intitulado Campanha da Fraternidade, cujas preocupações básicas eram com a organização e participação dos cristãos. Visava esclarecer o verdadeiro sentido da Campanha da Fraternidade, sua organização e função, e participação de todos mediante gestos concretos de fraternidade. O êxito da Campanha da Fraternidade de 67 inspirou a preparação da Campanha da Fraternidade de 68. Foi uma preparação ampla, que teve por objetivo despertar na Igreja a consciência sobre o valor e a força da opinião pública e da publicidade. Várias agências de publicidade foram convidadas a colaborar. Uma delas sugeriu que se obtivesse do Papa uma mensagem escrita ou transmitida diretamente. Devido à conscientização despertada pelo manual da Campanha da Fraternidade de 67, amplamente divulgado, respaldado pelo método de publicidade dos meios de comunicação social, dentro e fora da Igreja, os resultados da Campanha da Fraternidade de 68 foram animadores e daí por diante o método foi merecendo atenção sempre maior. Como resultado imediato, preparou-se o documento-base da Campanha da Fraternidade de 69, que reafirmou a Campanha como “momento forte de evangelização”. O conteúdo

fundamental foi elaborado pelo novo secretário-geral da CNBB e bispo de Santo Ângelo, RS, hoje cardeal Aloisio Lorscheider, que tomou como base o decreto do Concílio sobre a comunicação social, *Inter Mirifica*, e na encíclica de Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos, *Populorum Progressio*.

Como Campanha Institucional do Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, a Campanha da Fraternidade deveria ter uma estratégia de divulgação, utilizando os principais veículos de comunicação. A divulgação pastoral deveria abranger assuntos relacionados à liturgia, à catequese, às escolas e aos leigos, entre outros.

Nesses 38 anos, a Campanha da Fraternidade foi se firmando como uma das principais atividades da CNBB e uma das manifestações mais significativas da Pastoral de Conjunto no Brasil. Há uma espécie de divisão entre as campanhas. Em 64 e 65, sob inspiração do Concílio Vaticano II, o assunto abordado foi Igreja. Entre 66 e 72 os temas se referiam à identidade do cristão: o que é o cristão autêntico e qual sua missão com relação ao próximo e à comunidade. A partir de 73 a campanha da fraternidade se voltou para o compromisso social, por um mundo mais humano e fraterno. É preciso ressaltar que cada campanha tem a sua característica, ou seja, a sua “personalidade” própria, a sua originalidade.

Nos dias atuais as campanhas da fraternidade fazem parte do projeto anual do Secretariado Nacional da CNBB, e são realizadas na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora. As Diretrizes são, portanto, ponto de referência

obrigatório na elaboração dos diversos subsídios de cada campanha da fraternidade.

Deve ser assinalado aqui que o instrumento operacional destas campanhas é a educação concebida em sua dimensão mais ampla, ou seja, uma educação que vise atingir a globalidade do ser humano, constituindo-se em elemento formador do cidadão e que valorize, também o aspecto informal, isto é, aquilo que se pode aprender na família, nos vários ambientes da sociedade, fora dos bancos escolares.

Neste aspecto o desenvolvimento dos temas na redação dos textos-base considera a dimensão educativa de todas as instituições sociais, entendendo que todas as instituições cumprem o papel de transmitir alguma mensagem ou ensinamento.

As campanhas da fraternidade buscam, pois, colocar a educação como valorização da vida e da cultura, como uma forma de respeito à individualidade, à diversidade étnico-cultural; como processo amplo e global que envolve toda a pessoa e as pessoas todas ao longo da vida.

Assim, desencadear uma campanha da fraternidade sobre educação é realizar um levantamento de todos os métodos de educação existentes nas comunidades e oferecer um roteiro para levantamento da realidade objetivando a sua modificação.

Na abordagem da temática da educação formal, o texto-base enfatiza a necessidade da qualidade da escola pública e da importância de uma parceria Estado-sociedade no desenvolvimento do processo educativo. A escola não pode ser relegada à estrutura estatal, deve também ser assumida pela comunidade.

Os dois textos-base buscam ser documentos que apresentem mais propostas de ação do que de denúncias, e que motivem a articulação entre as várias instâncias da educação. Levam-se em consideração os outros documentos já publicados sobre o assunto - particularmente "Educação, Igreja e Sociedade" - CNBB N° 47.

No âmbito dessa idéia de articulação entre "Educação, Igreja e Sociedade", as campanhas da fraternidade propõem ações sociais concretas no processo educativo, o que demonstra e revela que a Igreja Católica está assumindo a "opção preferencial pelos pobres" e promovendo, assim, a libertação dos oprimidos.

Neste sentido a Igreja entende que o conceito de libertação deve ser entendido no sentido bíblico, ou seja, de que Deus, por Cristo, salvou e libertou o homem da escravidão do pecado e de suas conseqüências e lhe restituiu a original dignidade, que o transforma, eleva e torna participante na natureza divina.

Por outro lado adverte que o conceito de libertação pregado por alguns "novos teólogos" entende o contrário, ou seja, que a Igreja deve, antes de tudo, ou até exclusivamente, dedicar-se a combater a miséria, a pobreza e a injustiça no mundo, para assim elevar os povos a um estado social mais humano.

Para a Igreja Católica, o Cristianismo deve permanecer fiel a sua missão, ou seja a evangelização não pode ceder o seu lugar a movimentos revolucionários. O amor de Deus, com efeito, que a religião cristã anuncia e fomenta, necessariamente e por natureza, leva à luta contra a doença, a fome, a miséria e outras quaisquer situações injustas, pois o estado de injustiças se interpreta não como concatenação de certo determinismo, mas como pecado: a rejeição do Dom de Deus e a ruptura da fraternidade.

O trabalho se divide em três capítulos, no primeiro dos quais mostramos o contexto histórico que possibilita o surgimento das campanhas da fraternidade na década de 60.

No segundo capítulo, procura-se abordar a postura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB⁶ em face da educação no Brasil de 1982 a 1998 e a discussão de educação que a Igreja Católica estava fazendo nesse período. Dentro desse contexto são analisadas as propostas educativas e estratégias da Igreja Católica no Brasil, mediante a análise especial das duas campanhas citadas, buscando abordar quais os problemas que Igreja Católica levanta sobre a educação e a crítica que faz à educação posta na sociedade, e com isso mapear as propostas de educação da Igreja Católica contidas nestas campanhas.

⁶ no decorrer do texto, utilizaremos a sigla CNBB para designar Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

No terceiro capítulo aborda-se o que a Igreja Católica propõe para acabar com os problemas que assolam a Educação, ou seja, a sua proposta de adotar nas práticas educativas existentes na sociedade a educação evangélico-libertadora, para melhorar a educação e ao mesmo tempo a própria sociedade, a qual, no entanto, não entendia o conceito de libertação.

CAPÍTULO I

2. CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS CAMPANHAS DA FRATERNIDADE.

2.1. Ambiente político-cultural

O ano de 1964 é um marco histórico e político importante para se poder entender o surgimento das campanhas da fraternidade. É neste ano que se dá a implantação de um novo regime político no Brasil, regime esse que buscava o fortalecimento do Executivo, o controle da estrutura partidária, dos sindicatos e das entidades classistas, com forte censura e repressão a todas as formas de oposição.⁷

Com a implantação desse novo regime político, alguns setores da Igreja Católica no Brasil mostraram-se simpáticos ao movimento militar de 1964. Para esses setores, era preciso conter o avanço comunista. Por isso, o então cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Agnello Rossi, estava na primeira fila da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em março de 1964.⁸

A repressão que acompanhou o movimento militar levou à prisão (ou perseguição) milhares de jucistas e militantes católicos em geral. Apenas dois dias depois do golpe de 31 de março, forças da Polícia Militar cercaram o seminário menor dos dominicanos em Juiz de Fora, Minas Gerais, e, a despeito dos protestos dos superiores, invadiram e fizeram uma busca. A CNBB não moveu uma palha sequer na defesa dos

⁷ PUCCI, Bruno. A Nova Práxis Educacional da Igreja. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, p. 48-51.

⁸ Idem, p. 63

*perseguidos, salvo alguns bispos como D. Hélder Câmara, D. Cândido Padin, D. José Maria Pires e poucos outros, que agiram por conta própria e com grande coragem.*⁹

No entanto, não demoraram a surgir vários conflitos entre a Igreja e o Estado. Desde a vitória da Revolução Cubana, em 1959, muitos militantes católicos passaram a ver no socialismo uma opção viável para a luta contra a miséria do povo brasileiro. Quando a polícia começou a prender os militantes da Ação

⁹ SALEM, Helena. "Dos palácios à miséria da periferia" VÁRIOS. A Igreja dos Oprimidos, p.27.

Católica¹⁰ e os colaboradores do Movimento de Educação de Base - MEB¹¹, por suas eventuais simpatias com o socialismo, a Igreja mobilizou-se em defesa destes religiosos, sem contudo legitimar a ideologia socialista.

A presença da Igreja na política brasileira tem sido marcante. Vinculada ao estado e às classes dominantes até 1964, entrou em sérios atritos com o

¹⁰ "a Ação Católica foi criada pelo Papa Pio XI e implantada no Brasil por D. Leme (Bispo do Rio de Janeiro). A Ação Católica era o apostolado organizado dos leigos católicos, sob a orientação da Hierarquia, que colaboravam, no ambiente em que viviam, para fazer crescer o Reino de Deus, tirar o povo da ignorância religiosa e recristianizar a sociedade ameaçada pelo ateísmo, pelo comunismo, pelo capitalismo liberal, pelo protestantismo, pelo modernismo e pelas seitas. Era algo novo e revolucionário para a Igreja da época. De simples objetos da ação pastoral do clero, os leigos tornaram-se, de repente, sujeitos (agentes de Pastoral). A Ação Católica Brasileira durou 33 anos (1933-1966) e teve duas etapas distintas. A primeira corresponde à Ação Católica Geral, de 1933 a 1950. Durante estes 17 anos, seus membros estavam organizados em dois ramos, masculino e feminino, de acordo com o modelo Italiano. Cada ramo estava subdividido em adultos e jovens. Assim: ramo masculino (Jovens da Ação Católica e Homens da Ação Católica) e ramo feminino (Juventude Feminina Católica e Liga Feminina da Ação Católica). A Ação Católica desenvolveu-se mais entre os jovens. Apesar de todo o apoio, a Ação Católica caminhou pouco nesses 17 anos. O modelo italiano de organização, "que misturava militantes de origens — portanto de interesses — diversos impedia o debate dos problemas sociais e condenava a organização à atividades puramente espirituais: peregrinações, missas, manifestações, congressos eucarísticos" (Márcio M. Alves, in "A Igreja e a Política no Brasil", Ed. Brasiliense, pg. 122). A Segunda corresponde à Ação Católica Especializada, de 1950 a 1966. A Mudança veio com as Semanas de Ação Católica de 1948 e 1950. O modelo italiano foi abandonado e adotou-se o modelo belga, da organização por meios específicos. E assim nasceu a Pastoral de Juventude Especializada: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Além da distinção dos militantes de acordo com o seu meio social de origem, houve mudanças na metodologia. Adotou-se "o método VER-JULGAR-AGIR, isto é, uma constante revisão de vida e revisão da prática", seguindo a experiência do Pe. Cardijn. A nova organização deu sangue novo à Ação Católica. Durante os 16 anos em que vigorou este tipo de organização da juventude, deram-se grandes passos, tanto na formação pessoal e cristã dos jovens quanto na formação da consciência crítica. O agravamento da situação política do Brasil a partir de 1961, a dificuldade dos jovens para compreenderem a nova realidade nacional, a quase incapacidade da sociedade e da Igreja de entenderem a juventude, e a repressão que veio com o golpe de 1964 acabaram com os movimentos especializados no Brasil. Hoje, em 1985, 19 anos depois do desaparecimento da Ação Católica Brasileira, olhamos esse passado recente com admiração. Surgem espontaneamente duas reflexões. A primeira vem em forma de questionamento: 'a juventude católica, que havia chegado a um grau significativo de organização e de consciência crítica, sumiu, praticamente, do cenário nacional; pelo menos como força organizada. Será que faltaram estratégias adequadas ao momento? A Segunda reflexão é sobre os feitos e as conquistas da juventude da Ação Católica. São muitas. Com ela começou a renovação da Igreja, mesmo antes do Concílio Vaticano II e de Medellín. A Teologia da Libertação buscou inspiração nela, no dizer do próprio Gustavo Gutierrez. As comunidades Eclesiais de Base devem muito à ação dos jovens militantes cristãos. O movimento Popular atual tem suas raízes no MEB e na Ação Popular, iniciativas estas da Juventude da Ação Católica.' Revista de Educação AEC, ano 14, nº 55, Jan/mar 1985, pg. 53-55.

¹¹ Para maiores informações sobre o MEB, ver o livro de Luiz Eduardo Wanderley, Educar para Transformar. Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base.

estado durante as duas décadas de governo militar. Durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos. (MAINWARING, 1989, p. 9)¹²

Os conflitos cresceram em intensidade a partir de 1968: numerosos padres foram presos, torturados e expulsos do Brasil. Órgãos de imprensa da Igreja foram censurados e até fechados. A partir do processo de repressão que a sociedade e a Igreja Católica do Brasil passam a sofrer com o desdobramento do regime implantando, a Igreja começa a criticar o regime em vigor. ¹³

D.Paulo Evaristo Arns é um dos membros da Igreja que passa a tecer críticas ao modelo político e econômico implantado no Brasil,¹⁴ baseado no autoritarismo militar, na supressão das liberdades democráticas e na repressão aos setores oposicionistas, bem como no arrocho salarial, na concentração de renda e na dependência do capital internacional.¹⁵

No Nordeste, a crítica da Igreja dirigiu-se às condições de miséria da população, agravada pela industrialização forçada e o descaso do campo, a

Petrópolis: Vozes, 1984, 525 p.

¹² MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989, p 9.

¹³ SALEM, Helena. "Dos palácios à miséria da periferia" in VÁRIOS. A Igreja dos Oprimidos, p. 27.

¹⁴ "A reflexão e o engajamento social dos líderes eclesiais brasileiros são notórios: isto pode ser constatado pela abundante produção de documentos e pelos posicionamentos político-pastorais assumidos em tantas situações no Brasil. Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Helder Câmara, entre outros, são verdadeiros símbolos de um episcopado apreciado por muitos e contestado por outros devido a suas posturas diante dos problemas sociais e religiosos". PESSINATTI, Nivaldo Luiz. Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1998, pg. 67-8.

¹⁵ ARNS, D. Paulo Evaristo. "Mudanças objetivas". In: Retrato do Brasil: Depoimentos. São Paulo: Política, 1984. V.IV, p. 159-60.

concentração da renda e aos desequilíbrios regionais. No Centro-Oeste, a crítica voltou-se mais à ocupação das terras por multinacionais e pelos empresários do Sul, com expulsão de posseiros, exploração de peões e massacre de indígenas.

O CIMI (Conselho Indigenista missionário, 1973) veio dar grande alento a essa luta pelo índio, pela sua cultura e sobretudo por sua terra, como pressuposto de sua sobrevivência. A Comissão Pastoral da Terra (GPT) estendeu a luta do CIMI pelas terras indígenas à luta por um pedaço de chão por parte de todos os deserdados da terra: camponeses e posseiros. **Bóias-frias, peões e favelados das cidades.**

*Em São Paulo, a ação da Igreja destacou-se pelo dinamismo de sua Comissão de Justiça e Paz, sua posição firme contra as torturas e em favor dos direitos humanos, a mobilização da periferia e sua ação em comum com intelectuais, imprensa universidade e sindicatos para uma mudança do atual regime e a conquista da participação popular dentro de um Estado de pleno direito. A partir de 1977, a questão dos trabalhadores e seus direitos, nos conflitos e greves do ABC, encontraram uma Igreja aberta e solidária com a classe operária e com sua luta.*¹⁶

Os seguintes exemplos de alguns dos documentos divulgados pela Igreja na década de 1970 permitem ter uma idéia das preocupações da mesma em favor do povo oprimido: *Uma Igreja na Amazônia em luta contra o latifúndio e a marginalização social* (1971); *Ouvi os clamores do meu povo* (Nordeste, 1973); *Marginalização de um povo: o grito das Igrejas* (Centro-Oeste, 1973); *Y-Juca Pirama, o índio, aquele que deve morrer* (sobre o genocídio indígena, 1973); *Não oprimas teu irmão* (sobre a morte de Vladimir Herzog, 1975); *Exigências cristãs de uma ordem política* (1977); *A Igreja e problemas da terra* (1980).¹⁷

¹⁶ ARNS, Paulo Evaristo Cardeal. O que é Igreja. São Paulo, Brasilense, 1981, p 11, 37-8.

¹⁷ BEOZZO, Pe. José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 57-8.

Além disso, as Conferências do Celam realizadas em Medellín, Colômbia (1968), e em Puebla, México (1979) colocaram no centro da orientação da Igreja latino-americana a “opção preferencial pelos pobres”.

A “opção preferencial pelos pobres” provocou intensos debates na Igreja. De um lado, se colocaram aqueles que a condenaram, alegando diversos argumentos: todos têm direito à palavra de Deus e à salvação, e não apenas os pobres; optando preferencialmente pelos pobres a Igreja está insuflando a luta de classes, em vez de pregar a harmonia e a paz social; a Igreja deve restringir-se aos assuntos espirituais, sem se intrometer em problemas socioeconômicos, já que o “Reino de Deus” não é deste mundo.

De outro lado, se levantaram os defensores da nova orientação, também com vários argumentos: Cristo pregou principalmente aos pobres, tentando ajudá-los a superar sua difícil situação; a Igreja não insufla a luta de classes, apenas encoraja e estimula os oprimidos a superarem sua situação através da luta em prol da justiça social; a Igreja, ao refletir sobre a fé, não pode esquecer a situação concreta em que vive o “povo de Deus”, tentando com a sua doutrina iluminar a caminhada do povo rumo à libertação.

A essa última reflexão sobre a prática do povo oprimido, iluminada pela doutrina da Igreja e pela Sagrada Escritura, chamou-se “Teologia da Libertação”¹⁸. No

¹⁸ "A Teologia da Libertação se autodefiniu como um novo modo de fazer teologia a partir da participação dos cristãos nos movimentos populares. Adota o método tradicional da Ação Católica: ver, julgar e agir, redimensionando esses três momentos em função de uma integração dos mesmos no processo da prática teológica. Assim, no “ver” inclui seu aspecto teórico, científico, a

Brasil, essa corrente teológica é defendida e aplicada, entre outros, por Frei Leonardo Boff, cujo livro *Igreja: Carisma e Poder* provocou forte discussão.¹⁹

O movimento mais importante dessa Igreja voltada para os pobres é o das comunidades eclesiais de base (CEBs). Elas

são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupo a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. E o caso da zona rural onde cem ou duzentos pessoas se reúnem numa aos domingos para celebrar o culto.

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de

partir das contribuições, dos pressupostos das ciências sociais. No “julgar” aparece o aspecto específico da Teologia, que é Juízo da Palavra de Deus sobre o texto analisado no primeiro momento. É o momento “hermenêutico”. No “agir” se desce ao aspecto da práxis, das mediações concretas de uma ação espiritual ou política. A Teologia da Libertação não tenciona justificar cristãmente posições já tomadas. É uma reflexão a partir da práxis histórica do homem. Seus temas são os grandes temas de toda verdadeira teologia, porém é outro o enfoque. Busca pensar a fé na base dessa práxis histórica e a partir de como é vivida a fé no compromisso libertador.” cf. Clodovis Boff, *Teologia da Libertação: Apresentação* in Comunidade Eclesial, Comunidade Política, pp. 185-195. Sobre o tema há uma literatura abundante. Vou citar alguns livros: Gustavo Gutierrez, *Teologia da Libertação*, Petrópolis, Vozes, 1976; Leonardo Boff, *Teologia do cativo e da libertação*, Lisboa, Multinova, 1976; J. B. Libânio, *Evangelização e Libertação*. Reflexões aplicadas à vida religiosa, Petrópolis, Vozes — CRB, 1975.

¹⁹ BEOZZO, Pe. José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 239-40.

anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classe populares): dona-de-casa, operários, sub-empregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbanas; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas. Segundo estimativas não oficiais, existem no país, atualmente, 80.000 comunidades eclesiais de base, congregado cerca de dois milhões de pessoas crentes e oprimidas”²⁰

No entanto a “opção preferencial pelos pobres” deve ser entendida, segundo a Igreja Católica, como um projeto de libertação da opressão, sem contudo optar por qualquer ideologia que levasse a sociedade a um confronto direto, com intuito de alcançar a libertação. Nesse aspecto, para a Igreja o projeto de libertação deve se pautar no evangelho e dele extrair o modelo de vida e sociedade. Ao ter como referencial o evangelho se poderá construir uma sociedade baseada na fraternidade e na paz e portanto qualquer projeto contrário ao evangelho seria a construção de uma sociedade fundamentada na desordem e na violência.

A Igreja Católica demonstra claramente a sua negação a movimentos revolucionários que tentam aliar o cristianismo ao marxismo. A doutrina da Igreja é incompatível com tal projeto social, pois a ideologia marxista prega a libertação dos homens utilizando-se da violência, e isto seria contrário ao projeto cristão, que busca criar uma sociedade baseada na fraternidade e na paz. Também a Igreja critica o despotismo do sistema capitalista, que não busca a justiça social, pois sendo a sua estrutura baseada nas leis de mercado e na defesa da propriedade

20

Frei Beto. O que é comunidade eclesial de base, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 16-7.

privada individual, acaba por não levar em consideração o homem como principal peça na estrutura econômica. Sendo assim toda estrutura econômica que não leve em conta o homem acaba não construindo uma economia verdadeiramente humana. Ressalte-se que a Igreja Católica não está negando o sistema capitalista, e sim, que ela quer uma reformulação neste sistema, buscando nele inserir o pensamento humanista, que tem como referencial o ser humano e não somente a busca desenfreada do lucro. No entanto ela acreditava que se o sistema capitalista buscasse incorporar os valores morais e doutrinários cristãos e conscientizasse as pessoas sobre a sua própria responsabilidade social e principalmente sobre a importância da solidariedade entre os homens, estaria formada e consolidada uma sociedade conforme com os princípios por ela preconizados, de justiça social, para uma convivência harmônica e construtiva.

2.2. A gênese da Campanha da Fraternidade

A idéia da Campanha da Fraternidade nasce no ano 64, nesse ambiente de efervescência política. Inicialmente três padres responsáveis pela *Caritas* Brasileira idealizaram uma campanha de arrecadação de fundos para as atividades assistenciais e promocionais da instituição a fim de torná-la (a *Caritas*), autônoma financeiramente. A atividade foi chamada Campanha da Fraternidade e realizada pela primeira vez em 1962. Este projeto foi lançado em nível nacional em 1963, sob o impulso de renovação do Concílio do Vaticano II, e realizado pela

primeira vez em nível nacional em 1964. Em 1965 a CNBB passou a assumir a Campanha da Fraternidade e a partir de então a promove anualmente.

As campanhas da fraternidade tornaram-se eventos de grande destaque para a Igreja Católica no Brasil, como promotores de mobilização nacional²¹ que propõem a conscientização e formação dos cristãos e da sociedade em relação aos grandes temas religiosos, econômicos, sociais e políticos.

Foi com o espírito renovador do Concílio Vaticano II que a CF se tornou nacional. A Igreja no Brasil estava vivendo um importante momento de renovação, sob a influência do Plano de Emergência (plano inicial de pastoral de conjunto para todo o Brasil), resultado da Assembléia Geral da CNBB de 1962. Durante o Concílio, os Bispos do Brasil estiveram juntos, na mesma casa, em Roma, estudando, refletindo, intercambiando experiências, projetando a pastoral no Brasil (a partir do Concílio). Os bispos perceberam que, após o 10º Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) deveriam ter como objetivo fazer com que a Igreja se ajustasse rapidamente às orientações do Concílio. Tendo ouvido o relato da experiência da CF no Nordeste, os bispos perceberam que esta iniciativa poderia ser estendida a todo o país e ser uma importante mediação para ajudar a implantação do Concílio no Brasil e um veículo a serviço do Plano de Pastoral.²²

²¹ Até 1964 as campanhas da fraternidade eram inspiradas nas iniciativas das igrejas da Alemanha (Misereor) e da França, que trabalham com campanhas que enfocam a questão da fome no mundo e o necessário desenvolvimento das nações. Após 1964, o Brasil conseguiu, com muita reflexão e debate, levar a Campanha da Fraternidade sob o viés da evangelização, abordando temas contundentes sobre a realidade nacional. Cf. ARNS, D. Paulo Evaristo. *A Humanidade caminha para fraternidade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1968, p. 30. "A Campanha da Fraternidade foi idealizada por três sacerdotes responsáveis, em nível nacional, pela Cáritas Brasileira. Em 1961, quiseram tornar a Caritas autônomas financeiramente e projetaram a Campanha da Fraternidade com o primeiro objetivo de arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais. A Primeira campanha da Fraternidade realizou-se em Natal, RN, em 1962, no tempo da Quaresma, com adesão de três dioceses e apoio financeiro de bispos norte-americanos. Em 1963, dezesseis dioceses do Nordeste realizaram a Campanha. Apesar do fracasso financeiro a experiência pastoral foi muito boa e repercutiu em todo o Brasil". Cf. *Manual da Campanha da Fraternidade 1994 - CNBB. A Família Como Vai?*. São Paulo: Editora Salesiana, 1994, pg. 13.

²² *Manual da Campanha da Fraternidade 1994 - CNBB. A Família Como Vai?*. São Paulo: Editora Salesiana, 1994, pg. 13.

Podemos, com isso, destacar três fases distintas que caracterizam e situam a Campanha da Fraternidade no Brasil, desde a sua criação. Na primeira fase (1964-72) as campanhas da fraternidade estão voltadas para a busca da renovação interna da Igreja. Assim em 1964 houve uma retomada do Concílio, sobretudo de quatro documentos específicos:

- a) *Sacrosanctum Concilium* que trata da vida litúrgica da Igreja;
- b) *Lumen Gentium* que tem por base a preocupação com a organização da Igreja. Há neste documento uma revolução ideológica, onde a Igreja se descobre como povo de Deus e tenta abrir espaços na estrutura hierárquica preestabelecida;
- c) *Dei Verbum*: o pensamento dominante deste documento é a palavra de Deus, a Bíblia, como ponto norteador da doutrina religiosa para os cristãos;
- d) *Gaudium et Spes*: neste documento a Igreja se abre para o mundo tratando das questões econômicas, políticas e culturais. Neste documento a Igreja se mostra otimista e perplexa com a modernidade, não retratando neste documento a realidade vivida nos povos do Terceiro Mundo. A questão dos povos do Terceiro Mundo será retratada posteriormente em outro documento, a encíclica *Populorum Progressio*, que faz uma releitura da *Gaudium et Spes* voltada para os povos de Terceiro Mundo, inclusive o Brasil e a América Latina, enfocando o aspecto social em todas as suas dimensões concretas.

A partir de 1968, a Campanha da Fraternidade ganha uma outra engrenagem, isto é, além de arrecadar fundos, deveria se apoiar numa ação evangelizadora, tendo como ponto forte a sua dimensão catequética.

Esta mudança se dá pela influência da Conferência Latino-Americana dos Bispos, realizada no ano de 1968, em Medellín, que tem por prioridade a organização da Igreja em comunidades eclesiais de base e na educação libertadora.

Na segunda fase (1973-1984), as campanhas da fraternidade mostram a preocupação da Igreja com a realidade social do povo, denunciam o pecado social e procuram promover a justiça. Os temas procuram abordar a educação, a família, o trabalho, a saúde, entre outras questões.

Na atual fase as campanhas da fraternidade voltam-se para as situações existenciais do povo brasileiro. Com a redemocratização em 1986, a Igreja procura captar as reais necessidades e os problemas emergentes do contexto em questão. Aposta sua evangelização em cima de temas que venham a despertar o povo para o mundo conturbado, complicado e desestruturado em que vive. Trata de temas como: fome, terra, comunicação, moradia, juventude, negro, menor, mulher, excluídos, trabalho e família e a questão da política.

Neste aspecto, após o Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín, Puebla e Santo Domingo, todos os temas e o desenvolvimento das campanhas da

fraternidade sofrem a influência dos documentos deste eventos realizados pela Igreja Católica .

Um outro instrumento de cunho mais massivo e de âmbito nacional, para encarnar, nas realidades próprias do país, a herança do Concílio, tem sido a Campanha da Fraternidade, esforço concentrado de evangelização realizado, a cada ano, durante o tempo quaresmal. Estávamos em pleno Concílio Vaticano II (1962-65), que iniciava um grande processo de renovação da Igreja. Para aplicar no Brasil o espírito e os documentos do Concílio, os Bispos brasileiros articularam o PLANO DE PASTORAL DE CONJUNTO (PPC), o qual incluía a Campanha da Fraternidade. De 1964 a 1972, os temas da CF, inspirados na Constituição dogmática conciliar sobre a Igreja Lumen Gentium, voltaram-se mais para a renovação da pessoa e da Igreja. De 1973 até hoje, sem deixar de lado essa tarefa própria do período litúrgico quaresmal de PENITÊNCIA E CONVERSÃO, a CF passou a dar ênfase ao documento conciliar Gaudium et Spes, isto é, à renovação da Igreja em seu relacionamento com o mundo, sob a influência de Medellín (1968)”²³.

A Igreja Católica irá adotar como método pedagógico a metodologia do ver, julgar e agir,²⁴ que consiste em fazer um diagnóstico da realidade, colocando em

²³ Beozzo, Oscar José Pe.. A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo, pg. 85.

²⁴ " Embora o método ver-julgar-agir tenha sido descoberto e esquematizado pelo Cardeal Cardijn, fundador dos movimentos "Juventude Operária Católica" (JOC), " Juventude Universitária Católica" (JUC) e "Juventude Estudantil Católica" (JEC), dizem que o método é tão velho quanto o homem. Todos os grandes pensadores da humanidade usaram-no, pelos menos inconscientemente, porque é a lei do funcionamento correto da mente humana no seu esforço de encontrar a verdade".

evidência as suas deficiências e positivities. Objetiva-se através desta metodologia oferecer uma análise conscientizadora da realidade.

De acordo com essa metodologia o tratamento do assunto passou a ser o "Ver" crítico da realidade, por sua vez iluminada pelo "Julgar bíblico teológico", tendo como alvo a mudança, a partir para ações concretas no "Agir".

A partir da implantação das campanhas da fraternidade buscaram-se também outros objetivos maiores, dando à Campanha da Fraternidade um "jeito mais educativo"²⁵ e buscando dar maior credibilidade e apreço às campanhas.

Os agentes - bispos, padres, leigos - foram percebendo o alcance social-religioso e transformador das campanhas. Dessa forma, os agentes procuraram fazer com que as campanhas da fraternidade passassem a ser respeitadas pelos segmentos da sociedade, apresentando-as como sendo um instrumento de questionamento da realidade brasileira. Nas campanhas da fraternidade de 1982 e de 1998, a Igreja Católica busca, entre outros pontos importantes, mobilizar a sociedade para o regaste das dívidas sociais, destacando-se, então, a educação.

2.3. Educação e dívida social

A Igreja Católica nessas campanhas definiu como objetivos para educação os

Cf. BORAN, Jorge. O senso crítico e o método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base. São Paulo: Ed. Loyola, 1997, pg. 20-21.

²⁵ Pessinatti, Nivaldo Luiz. Políticas de Comunicação da Igreja Católica, pg 233.

mesmos que foram propostos e sistematizados na II Conferência Episcopal Latino-Americana (Medellín, 1968), e confirmada na III Conferência (Puebla, 1979). Tais objetivos propõem uma educação que transforme o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento, que não seja apenas catequética, mas do homem integral, ou seja, que englobe o espiritual e material, e com isto estabelecido, forme um novo tipo de sociedade - aberta ao diálogo e acessível aos setores mais amplos da sociedade (democratização).

Devemos observar ainda que para a concretização de tais objetivos devem ser levados em consideração a palavra de Deus, a Tradição da Igreja Católica e os princípios pedagógicos que respondam melhor às necessidades da nossa realidade. Esse três pontos se entrelaçam e interagem na busca de princípios para uma educação integral.

A Igreja Católica enfatiza que a formação de um homem íntegro desembocará numa sociedade harmônica, justa e fraterna. Desta forma, a Igreja, através da Campanha da Fraternidade, busca ratificar o ato de educar e formar o homem integral, pois a educação presente não forma o homem integral, apenas reproduz a deformação social. Isto fica explicitado na Declaração " *Gravissimum Educationis* ":

... por uma razão bem especial, cabe a Igreja o dever de educar. Não só porque deve ser reconhecida como sociedade humana capaz de transmitir a educação. Como mãe, está a igreja obrigada a ministrar a estes seus filhos uma educação tal, que toda a vida chegue assim a impregnar-se do espírito de Cristo. Ao mesmo tempo, porém, oferece ela seus préstimos aos povos todos para

promover o desenvolvimento integral da pessoa humana, para modelar ainda o bem da sociedade terrestre e a edificação do mundo, de maneira humana. ²⁶

Destarte, a intenção não será apenas formar o homem íntegro, mas sim, dentro dos limites da Igreja, compreender e praticar uma educação humanizadora como meio de produzir socialmente o resgate da dignidade do indivíduo. Quando isto se concretiza, a educação humaniza e personaliza o homem, fazendo com que este desenvolva plenamente o seu pensamento e a sua liberdade, fazendo frutificar os hábitos de compreensão da totalidade da ordem real, e possibilitando com isto a humanização do mundo, a produção da cultura, bem como a transformação da sociedade e a construção da história.

Acompanhando a trajetória da Igreja no Brasil, neste período, podemos constatar o quanto a Igreja buscou novos rumos nos últimos trinta anos. Sua conduta na organização e na defesa do povo, especialmente das camadas mais exploradas, mostra quanto Ela mudou: de uma Igreja cujos padres rezavam missa em latim, de costas para o povo, passou a uma Igreja cujos rituais são feitos na língua do povo, de frente para a assembleia e com a participação de todos; de uma Igreja que pregava a salvação da alma e a justiça do céu, passou a uma Igreja que se preocupa com a salvação do homem todo e com a justiça deste mundo, aqui e agora; de uma Igreja que vivia à sombra dos poderosos, cortejando o poder, passou a uma Igreja que assumiu a "opção preferencial pelos pobres", que luta ao

²⁶ Compêndio do Vaticano II, 1968, pg. 586

lado dos oprimidos. Foi um longo processo, mas que não aconteceu da noite para o dia.

2.4. Concílio do Vaticano II

A conjuntura eclesial latino-americana apresentava-se bastante conturbada. Aprofundavam-se as mudanças iniciadas pelo Concílio Vaticano II, terminado em 1965. A Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, em 1968, aplicara as conclusões do Vaticano II ao nosso Continente. No Brasil iniciava-se o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base, que viriam ser a grande novidade de propagação e difusão do pensamento social cristão no Brasil.

Na década de 70 é realizada em Puebla, México, a III Assembléia do Episcopado Latino-Americano, onde os temas fundamentais de Medellín foram abordados e aprofundados. *Assim, foram reafirmados a "opção preferencial pelos pobres, a promoção e a libertação integral, a defesa e a promoção da dignidade da pessoa humana, a dimensão social e política da fé. Foram valorizadas a CEBs e a religiosidade popular (PUCCI, 1984, p. 118).*

Se por um lado houve um avanço no encaminhamento das estratégias de ação da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II e das Conferências de Medellín e de Puebla, o mesmo não se pode dizer com relação à Conferência de São Domingos.

Nesta última o ambiente foi menos favorável para o debate livre dos teólogos e leigos vinculados ao pensamento da Teologia da Libertação, em face do controle exercido sobre os temas a serem discutidos. Nessa conferência buscou-se ampliar os horizontes com relação à discussão sobre a promoção e a inculturação.²⁷

O Concílio Ecumênico²⁸ Vaticano II,²⁹ que reuniu os bispos do mundo inteiro durante várias sessões, de 1962 a 1965, teve a sua importância, pois definiu as mudanças que se processariam a partir de então. O papa João XXIII, que convocou o Concílio, teve um papel importante no avanço da Igreja. Esse pontífice defendia o *aggiornamento* da Igreja, ou seja, a sua atualização. Era preciso abrir as portas e janelas da Igreja para expô-la à luz do sol e aos ventos renovadores que a colocassem em dia com o mundo. Era preciso trabalhar em conjunto com

²⁷ FERNADES, José Cobo (org). A Pastoral entre Puebla e Santo Domingo. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, p.42.

“*Que é inculturação?* Esta palavra é desconhecida pelos nossos dicionários. Evidentemente, ela nada tem que ver com “inculto” nem com “incultura”, que significam ausência de cultura ou carência de cultivo. Não se trata de um termo antropológico como “aculturação” ou “enculturação” (com “e”). E um neologismo “teológico”, criado na década de 70 e “canonizado” oficialmente no Sínodo Romano de 1977, para significar a missão da Igreja em relação às culturas da humanidade (“*Mensagem do Povo de Deus*”, n. 5).” Revista Arautos do Evangelho, nº 2 – Fevereiro 2002 p. 5.

²⁸ Concílio ecumênico é a convocação legitimamente feita dos representantes da Igreja Católica universal, para exame, sob a autoridade do Papa, de graves problemas concernentes à fé, à moral e à disciplina eclesiástica. Desde o início do cristianismo, realizaram-se os seguintes concílios: 1º em Nicéia, no ano 325; 2º em Constantinopla, no ano 381; 3º em Éfeso, no ano de 431, 4º em Calcedônia, no ano de 451; 5º em Constantinopla, no ano de 553; 6º em Constantinopla, ano de 680-681; 7º em Nicéia no ano de 787; 8º Constantinopla, no ano de 879-877; 9º em Latrão, Roma, ano 1123; 10º em Latrão, Roma, ano 1139; 11º em Latrão, Roma, ano 1179; 12º em Latrão, Roma, ano 1215; 13º em Lyon, ano 1247; 15º em Vienne, França, ano 1311-1312; 16º Constança, ano 1414-1418; 17º em Ferrara, depois em Florença, ano 1438-1445; 18º em Latrão, Roma, ano 1512-1517; 19º em Trento, ano 1445-1563; 20º no Vaticano, ano 1870; 21º no Vaticano, 1962-1965. Pela organização da Igreja Católica, o concílio não tem autoridade sobre o papa, mas os seus decretos, aprovados pelo Sumo Pontífice, tornam-se obrigatórios, em consciência, para todos os fiéis.

²⁹ O Concílio Vaticano II destaca-se tanto pelo número de seus participantes como pela gravidade de suas decisões. Reunido pelo Papa João XXIII, em 1962, contou com 2.400 participantes entre bispos e cardeais, sem contar os assessores, observadores, leigos e inclusive os representantes de outras igrejas cristãs. Foi continuado pelo Papa Paulo VI, que o encerrou no dia 08 de dezembro de 1965. Seu tema central foi o problema das relações da Igreja Católica com o mundo moderno não católico e, em primeiro lugar com as demais igrejas cristãs. Deu um novo impulso ao movimento ecumênico, e determinou um conjunto de reformas internas na Igreja para dar-lhe melhores condições de diálogo com mundo moderno.

todos os homens, independentemente de seu credo religioso ou político, objetivando salvar o mundo, superar as desigualdades e construir uma sociedade mais justa e mais humana. O Concílio Vaticano II foi um conclave que abriu novas perspectivas para a vida eclesial. Quando terminou, o Papa Paulo VI afirmava que

a tarefa do Concílio não está completamente terminada com a promulgação dos seus documentos. Esses, como ensina a história dos Concílios, representam um alvo a ser atingido. É preciso ainda que toda a vida da Igreja seja impregnada e renovada pelo vigor e pelo espírito do Concílio. É preciso que as sementes de vida lançadas pelo Concílio no campo que é a Igreja cheguem à plena maturidade³⁰

Neste sentido o Concílio veio trazer um novo impulso em três direções:

1. Na direção de uma nova visão da realidade sócio-cultural e da missão da Igreja nas transformações necessárias. O símbolo dessa nova postura eclesial frente à realidade conflitiva é, em toda a América Latina, Medellín.

2. Na direção de uma nova compreensão da Missão da Igreja dentro dessa sociedade. O conceito-chave que centraliza o trabalho eclesial de Medellín a Puebla, passando pela "Evangelii Nuntiandi", é justamente Evangelização.

3. Na direção de uma nova estratégia pastoral. Puebla vem a ser o símbolo da nova experiência eclesial e da articulação dessa estratégia pastoral, sobretudo através da sua grande opção pastoral que foi a opção preferencial pelos pobres³¹

³⁰ Citado por KLOPPENBURG, Boaventura. "Introdução Geral". In Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis: Vozes, 1967, p.7.

³¹ Instituto Nacional de Pastoral (org). Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70. Petrópolis; Vozes, 1994, p. 10-11.

É na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre *A Igreja no Mundo de Hoje*, que aparece fundamentalmente esta abertura para o mundo. A Igreja Católica, abrindo-se para o mundo, fez suas alegrias, as esperanças, os sofrimentos, as tristezas e as angústias do homem contemporâneo.³² Estes pontos de abertura foram expressos, depois, pelos demais documentos emanados do Concílio Vaticano II, os quais deram possibilidades e caminhos para a Igreja e os cristãos se confrontarem com o mundo, afirmando seus valores e procurando dialogar com outros valores não expressos pela Igreja Católica. Busca-se canalizar novas experiências e assumir novos compromissos, numa sociedade em profundas transformações políticas, culturais, econômicas e sociais.

O Concílio abordou vários pontos para o encaminhamento da sociedade, convocando os cristãos a assumirem mais conscientemente seus compromissos sociais e de fé. Entre eles merece especial atenção do presente trabalho a educação, tema que foi tratado na "Declaração *Gravissimum Educationis*". Nesse documento é destacada a importância da educação na vida do homem e sua influência no desenvolvimento e progresso da sociedade. Ressalta-se também a importância da família como primeira educadora e principalmente que a mesma deveria ser construída dentro do modelo teológico proposto pela Igreja.

O documento enfatiza ainda a importância das escolas como formadoras de cidadãos, com destaque às escolas católicas, por entender que essas têm uma

³² CONCILIO VATICANO II. Constituição Pastoral "Gaudium Et Spes" Sobre a Igreja no Mundo de Hoje. Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decreto, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 143-44.

missão maior, ou seja, a de formar o homem integral, cõscio de sua responsabilidade na sociedade e na concretização de uma sociedade justa e fraterna. Outro aspecto abordado no Concílio diz respeito ao papel do leigo dentro da Igreja Católica, uma vez que o leigo depois do Concílio começa a assumir um papel mais ativo na organização, coordenação e atuação na vida da Igreja. Nesse aspecto entende-se que

...a Igreja não se acha deveras consolidada, não vive plenamente, não é um perfeito sinal de Cristo entre os homens, se aí não existe um laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia. Porque o Evangelho não pode ser fixado na índole, na vida e no trabalho dum povo, sem a ativa presença dos leigos. Por isso, desde a fundação da Igreja, tenha-se o máximo cuidado em constituir um laicato cristão maduro. Os fiéis leigos pertencem plenamente tanto ao Povo de Deus como à sociedade civil. Fazem parte do povo que os viu nascer. Pela educação começaram a participar de seus tesouros culturais.³³

No campo da educação a Igreja Católica procura promover no educador cristão, especialmente no leigo, a consciência de que deve assumir a sua responsabilidade e posição diante da ação educacional, sendo chamado a participar da sua missão evangelizadora. Nesse sentido, no Brasil, surgem organizações leigas (Ação Católica, JEC - Juventude Estudantil Católica, JOC - Juventude Operária Católica, JUC - Juventude Universitária Católica), que irão proporcionar campo de atuação política e educacional em meio ao mundo no qual estão inseridas. A maior consequência disso, em termos de Brasil, foi o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base.

As CEBs são a presença da Igreja nos movimentos populares, muitos dos quais, surgidos antes de 1964, onde captavam, refletiam e atuavam numa linha crítica.

³³ CONCILIO VATICANO II. Decreto AD GENTES. Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decreto, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 378-79.

As CEBs, surgidas no início da década de 60, estavam ainda mais voltadas para a vida interna da Igreja, para os aspectos religiosos e espirituais. Pouco a pouco, através, sobretudo, de uma crescente e feliz articulação entre fé e vida, entre Palavra de Deus e luta popular, entre celebração litúrgica da vida diária, as CEBs participam maioritariamente dos núcleos populares de luta reivindicativa - luta por água, esgoto, escola, transporte, posto de saúde, creche, luz, asfalto, etc..., luta de apoio a outras iniciativas, luta de denúncia a violações dos direitos humanos, luta de resistência, sobretudo à repressão política, à expulsão da terra ou do lote clandestino, ao despejo do barraco, etc...³⁴

2.5. As conferências continentais de Medellín, Puebla e Santo Domingo

A 2ª Conferência Episcopal, realizada em Medellín, procurou relacionar as conclusões do Concílio do Vaticano II com a realidade da América Latina. O documento final elaborado nessa Conferência trará críticas ao sistema capitalista e ao neocolonialismo, trará apoio aos movimentos populares católicos, especialmente às CEBs, defenderá a mudança das estruturas econômicas e políticas injustas e abrirá para a Igreja Latino-Americana a via da opção preferencial pelos pobres.

A ordem social existente na América Latina é prenhe de abusos e de injustiças, mas é possível de ser superada, não por posições radicais, e sim através de reformas profundas e rápidas. Reconhecem-se os abusos do liberalismo econômico. Porém trata-se de abusos e não de contradições; o sistema em si é aceitável, desde que reformado a serviço do bem-comum. Nesse sentido, é preciso buscar uma alternativa intermediária para solucionar o problema do subdesenvolvimento: nem a solução do capitalismo clássico e nem o socialismo marxista. “Racionalização e planejamento técnico, intensa promoção social e um governo efetivamente a serviço do bem-comum são os elementos considerados capazes em sua inter-relação dinâmica, de concretizar um desenvolvimento que tenha o homem como objetivo central”. Em alguns documentos, como por exemplo no da “justiça”, predomina essa visão reformista.³⁵

³⁴ GOMES, Pedro Gilberto. A Comunicação Cristã em tempo de repressão. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995, p 28.

³⁵ PUCCI, Bruno. A Nova Práxis Educacional da Igreja. São Paulo: Editora Paulinas, 1984, p. 87

Essa conferência representa um marco fundamental na Igreja Latino-Americana, pois assume um maior compromisso para com o continente em transformação e abre caminho para uma definição clara sobre o projeto político que a Igreja pretende sistematizar para a América Latina, ou seja manter a tradição católica e a doutrina como fatores decisivos de transformação social diante do quadro de miséria, pobreza, ignorância e injustiça em que se encontrava a sociedade brasileira e latino-americana. Ao defender a tradição católica e a doutrina, a Igreja busca fechar qualquer abertura para transformação social através da opção ideológica socialista.

É importante destacar que no documento final de Medellín a linguagem da libertação é bastante destacada, principalmente em dois temas³⁶ abordados no II CELAM – Conferência Episcopal Latino Americana , o tema da Paz e o da Educação. Embora permeie outros temas, a questão da libertação tem maior ênfase nesses dois temas. No entanto, o tema em apreço,

mesmo não nascendo no interior da Igreja, tem profunda ressonância bíblica. Apresenta-se como uma reação de investigadores sociais contra a sociologia funcionalista, incapaz de apreender as causas profundas do subdesenvolvimento do continente latino-americano e também como uma reação crítica ao marxismo dogmático, acusado de se ter reduzido a mera aplicação das teses de Marx ao contexto da América Latina. Essa nova corrente sociológica latino-americana, contudo, adota o materialismo histórico como o método de análise da sociedade e da história. O marxismo é aceitável como posição científica, mas não como princípio filosófico. A Teologia da Libertação fundamenta nessa corrente

³⁶ Em Medellín foram discutidos 16 temas, sendo: 1 - justiça; 2- Paz; 3 - Famílias e Demografia; 4 - Educação; 5 - Juventude; 6 - Pastoral popular; 7 - Pastoral das elites; 8 - Catequese; 9 - Liturgia; 10 - Movimento dos leigos; 11 - Sacerdotes; 12 - Religiosos; 13 - Formação do Clero; 14 - Pobreza da Igreja; 15 - Pastoral da Igreja; 16 - meios de comunicação. Cf. CELAM, a Igreja na atual transformação da América Latina à Luz do Concílio, Conclusões de Medellín, Petrópolis: Vozes, 1969, 2ª Edição.

*sociológica sua linguagem, a análise e a interpretação da realidade latino-americana.*³⁷

Observa-se, então, que a Igreja se encontra perante três desafios: o desafio do povo, entendido como sujeito histórico; o desafio de optar só pela reforma ou também pela revolução; o desafio ao próprio modelo de Igreja, ou seja, sobre o modo de entender a função da Igreja na sociedade política e civil.³⁸

A 3ª Conferência Episcopal, realizada em Puebla, em 1978, 10 anos após Medellín, provocou em toda a Igreja Latino-Americana um grande processo de reflexão crítica, a partir das experiências eclesiais desencadeadas em Medellín.

Medellín já tinha uma linguagem voltada para a libertação e Puebla veio reforçar esta linguagem, sem contudo ratificar a Teologia da Libertação. Isso fica demonstrado no discurso de abertura pelo Papa João Paulo II :

*... ao mesmo tempo que conclamava a Igreja Latino-Americana a perseverar na defesa intransigente dos direitos humanos, sujeitos a violações maciças, a empenhar-se pela nobre causa da justiça, da promoção humana, da defesa dos pobres, como um autêntico compromisso evangélico, colocava-a em guarda contra o risco de "leituras reducionistas" do evangelho, o surgimento de uma "Igreja Popular" e de um "magistério paralelo", apontando como tarefas prioritárias a família, as vocações sacerdotais e religiosas e os jovens.*³⁹

Em Puebla a Igreja Católica Latino-Americana dará ênfase a uma educação libertadora e evangelizadora, capaz de promover a justiça e que esteja em consonância com a opção preferencial pelos pobres. Nesse aspecto as

³⁷ PUCCI, Bruno. A Nova Práxis Educacional da Igreja. São Paulo: Editora Paulinas, 1984, p. 87

³⁸ DUSSEL, Enrique. História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985). São Paulo: Paulus, 1989, p. 42-43.

³⁹ BEOZZO, Pe. José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 226.

Comunidades Eclesiais de Base receberam uma atenção especial em Puebla, em face do seu desenvolvimento e crescimento da América Latina, e tais comunidades passaram a ser vistas como uma expressão popular que resgatava o papel da Igreja e sua função junto ao povo. Neste sentido destacava-se

*(...) com alegria, como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso e como esperança da Igreja, a multiplicação das pequenas comunidades.*⁴⁰

*(...) As comunidades eclesiais de base são expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece a possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo.*⁴¹

Podemos sintetizar que,

*no seu conjunto, longe de desestimular a Igreja do Brasil, Puebla deu-lhe novo impulso, com uma recepção calorosa do documento por parte das comunidades que souberam captar suas intuições fundamentais como a do Cristo, interpelando-nos a partir do rosto dos indígenas e afro-americanos, dos camponeses, dos operários, dos favelados, das crianças, dos jovens, dos velhos, dos marginalizados e a da opção preferencial pelos pobres.*⁴²

Neste aspecto a Igreja preocupa-se com as comunidades eclesiais de base, dando a elas o caminho que deveriam seguir e a fundamentação ideológica destas comunidades, ou seja, que o referencial delas deveria ser o cristão e não o político. Com isto a Igreja procura resguardar estas comunidades de qualquer influência da Teologia da Libertação como norteadora do seu pensamento e funcionamento.

A Conferência de Santo Domingo (1995) quis explicitamente situar-se em continuidade com Medellín e Puebla. Repete várias vezes a expressão "educação

⁴⁰ Idem, p. 225

⁴¹ idem, p. 227.

⁴² BEOZZO, Pe. José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 227

cristã" e define-a como "inculturação do Evangelho na própria cultura". A preocupação com a "educação cristã" gira em torno dos valores éticos, morais e religiosos. Faz-se, quanto à educação, uma leitura mais antropológica do que social. Desaparece quase totalmente o horizonte da transformação da realidade. Alude-se rapidamente à necessidade de que "o processo educativo se realize através de uma pedagogia experiencial, participativa e transformadora". A reflexão concentra-se na educação para os valores cristãos, começando pelo resgate do próprio valor como pessoa humana, nunca a ser reduzida à categoria de objeto. Chama-se também a atenção para "o valor da vida e da interdependência dos ecossistemas", "da laboriosidade e da partilha, da honestidade e da austeridade, do sentido ético-religioso da vida, para que desde a família - primeira escola - formem-se homens novos para uma sociedade mais fraterna, onde se viva a destinação universal dos bens em contexto de desenvolvimento integral". Numa palavra, trata-se de "educar em valores autenticamente humanos e cristãos".

A Conferência de Santo Domingo percebe a educação como "processo dinâmico que dura a vida toda da pessoa e dos povos", que "recolhe a memória do passado, ensina a viver hoje e se projeta para o futuro". Introduce também uma reflexão antropológica no sentido de que todo projeto educativo implica um "projeto de homem", cujo valor depende de ele construir ou destruir o educando. De novo insiste nos valores desse projeto, que formam "uma constelação ordenada". A educação cristã, em última instância é aquela que "tem como fundamento e termo a Cristo".

A consciência da novidade dos tempos exige criar “na educação nova linguagem e novos símbolos”, “evitar nos programas educativos conteúdos que discriminem a mulher, reduzindo sua dignidade e identidade. É importante pôr em prática programas de educação para o amor e educação sexual na perspectiva cristã, buscar caminhos para que se dêem entre o homem e a mulher relações interpessoais baseadas no mútuo respeito e apreço, o reconhecimento das diferenças, o diálogo e a reciprocidade. É preciso incorporar as mulheres no processo de tomada de decisões responsáveis em todos os âmbitos: na família e na sociedade”.

A conferência de Santo Domingo reforça a importância de uma educação explicitamente cristã e impregnada de valores humanos e naturalmente cristãos. Por acentuar o aspecto antropológico cultural, é sensível a que “se garanta aos indígenas e afro-americanos uma educação adequada às suas respectivas culturas, começando inclusive com a alfabetização bilíngüe” e eliminando “definitivamente todo aspecto discriminatório no que diz respeito a métodos educativos, volume e investimento de recursos”.⁴³

⁴³ Conforme, BEOZZO, Pe. José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 305-337; LIBANEO, J.B. "Caminhada da Educação Libertadora de Medellín a nossos dias. Brasília: Revista AEC, nº 107, 1997. Santo Domingo - IV Conferência do Episcopado Latino-Americano - Nova Evangelização, promoção humana e cultura cristã. 7.^a Edição, Tradução oficial da CNBB.

CAPÍTULO II

3. A CNBB E A EDUCAÇÃO: DE 1982 A 1998

3.1. A opção pelos pobres, e a recusa da luta revolucionária

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁴⁴ tem manifestado, diversas vezes, sua preocupação quanto à educação no país e oferecido orientações para a evangelização neste campo. A 19.^a Campanha da Fraternidade, em 1982, que teve como lema *A verdade vos libertará*,⁴⁵ é um exemplo dessa manifestação, bem como a de 1998, que também trata do tema educação.

A Campanha de 1982 desenvolvia-se no contexto do regime militar, *tempo de conflito, distâncias e dominações*, sendo a opressão o dado mais emergente da análise da realidade feita então pela CNBB. A verdade da pessoa, da vida e da

⁴⁴ A CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - foi fundada em 1952 por Dom Hélder Câmara sob o impacto interno de renovação suscitada pelos movimentos de Ação Católica. Na década de 50 o método ver-julgar-agir, da Juventude Operária Católica (JOC), operava naquele momento uma profunda modificação na pedagogia da educação da Fé. Ainda que restrito, inicialmente, ao âmbito operário, a simplicidade do método e sua capacidade de operacionalizar decisões de equilíbrio entre fé e vida fizeram dele o embrião de todo o processo futuro de planejamento pastoral da CNBB.

⁴⁵ Educação, família e trabalho são os três únicos temas que se repetem nos 39 anos de história da Campanha da Fraternidade. A família foi tratada em 1977 sob o lema *Comece em sua casa*, e em 1994: *A Família, como vai?* O trabalho foi focado em 1978 como *Trabalho e justiça para todos*, e em 1991 sob o lema: *Solidários na dignidade do trabalho* e voltará em 1999 a respeito do desemprego.

mensagem de Jesus Cristo era a proposta para libertar a vida pessoal e social da tirania do pecado em suas múltiplas formas.⁴⁶

Em 1986 a CNBB publicava o subsídio *Para uma pastoral da educação*, visando clarificar conceitos e sugerir pistas para essa modalidade de sua ação evangelizadora. Na 28.^a Assembléia Geral, em 1990, os bispos publicavam o instrumento de trabalho: *Educação: exigências cristãs*, amplamente refletido e enriquecido em diversas instâncias da Igreja no Brasil até culminar no documento principal da 30.^a Assembléia Geral, em 1992: *Educação, Igreja e Sociedade*.⁴⁷

Na sua Assembléia Geral de 1992 os bispos denunciavam a desesperança e a falta de propostas que viabilizam a saída da crise em que se encontra a educação, bem como oferece ao país elementos para elaborar projetos de superação. A exclusão produzida pelas políticas neoliberais é o dado que se destaca na Campanha da Fraternidade de 1998, tendo como proposta de solução a educação plena da pessoa e a articulação de forças em torno de alguns “mutirões”⁴⁸ nacionais.

⁴⁶ Texto base, 1982

⁴⁷ KLEIN, Luiz Fernando. "A Campanha da Fraternidade sobre Educação: Desafios e Mudanças". Aula inaugural. Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, 18/3/1998.

⁴⁸ a Campanha apresenta seis mutirões a serem realizados a nível nacional: 1) oferecer aos 19 milhões de analfabetos no Brasil uma *alfabetização* não apenas funcional, mas cidadã; 2) garantir que *todas as crianças* entrem e permaneçam *na escola*; 3) constituir *monitores voluntários* para orientar a melhor utilização dos meios de comunicação educativos; 4) criar *oficinas de troca de saber* nas comunidades e *grupos cooperativos* de alunos nas escolas; 5) promover a *economia solidária* mediante a educação e a qualificação profissional e gerencial; 6) implantar e/ou reforçar a *Pastoral da Educação*, mais ampla que a educação formal, em todas as dioceses. A CNBB ofereceu importantes subsídios sobre este tema em *Para uma pastoral da educação* (1986). Define-a como "conjunto dos esforços orgânicos e sistemáticos que o Povo de Deus faz para refletir e pôr em prática a mensagem evangélica e suas exigências na educação. É a presença e a ação da Igreja, proclamando e construindo o Reino no e através do mundo da educação" (p. 34).

Observa-se que a partir da década de 70 e início da década de 80 a Igreja Católica brasileira começa a incorporar nos seus documentos um processo educativo advindo dos setores populares da Igreja, o qual vai levando setores da Igreja e até o órgão máximo de representação desta, a CNBB, a ir mudando progressivamente seu modo de entender a realidade e a maneira de expressar nos documentos, essa realidade:

*Faz parte da nossa missão denunciar com firmeza as realidades da América Latina que constitui afronta ao espírito do evangelho. Cabe-nos também reconhecer e estimular qualquer iniciativa positiva e profunda que vise vencer as grandes dificuldades existentes.*⁴⁹

Neste período são as classes subalternas os sujeitos fundamentais de todo esse processo educativo. O discurso dos marginalizados ganha espaços na Igreja e fora da Igreja. Defender a causa dos oprimidos se torna plataforma para modificar a realidade do Brasil neste período, sem contudo suscitar e insuflar a luta de classes.

As relações e processos educativos tradicionais da família são, hoje, significativamente afetados pelo impacto de nosso modelo de sociedade industrial. As condições de trabalho e transporte, os salários baixos, os riscos de desemprego geram uma dispersão da família, mantendo os pais afastados dos filhos e dificultando o processo de educação familiar. A convivência dos pais resulta precária, e mais precário ainda o acompanhamento na educação dos filhos. Por causa disso, nosso modelo de sociedade agrava o problema do menor abandonado, da mendicância, da prostituição e da violência, especialmente

⁴⁹ Conselho Episcopal Latino Americano. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Editora Vozes, 1969, p. 38.

juvenil. As migrações desordenadas, com suas múltiplas causas, deslocam a família de seu ambiente original, provocando conflitos e desenraizamento cultural, que repercutem no processo educacional. O mesmo acontece aos inúmeros jovens que se afastam da família, a fim de buscarem melhores condições de escolarização e trabalho. As pessoas, a família e o pequeno grupo social, esfacelados e isolados no seio da sociedade, vêm reduzidas a poucas alternativas válidas suas oportunidades de educação, organização e participação.⁵⁰

Vários setores da Igreja estarão engajados neste discurso, demonstrando que a causa de todos os problemas sociais está no sistema vigente. Urge então modificar este sistema e principalmente alterá-lo visando à justiça social. A igreja defende a alteração do sistema vigente, mas não defende a substituição do sistema vigente por outro com características socialistas.

Verificamos que Episcopados Nacionais e numerosos setores de leigos, religiosos, religiosas e sacerdotes tornaram mais profundo e realista o seu compromisso com os pobres. Esse testemunho incipiente, mas real, levou a Igreja latino-americana à denúncia das graves injustiças derivadas de mecanismos opressores.⁵¹

A Igreja Católica nos documentos oficiais enfatiza que é preciso fazer modificações na educação vigente. Permeia estes documentos sempre uma preocupação com a denúncia

⁵⁰ Manual da Campanha da Fraternidade 1982 – CNBB. Educação e Fraternidade. São Paulo: Editora Salesiana, 1982, p. 7

⁵¹ III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. A Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Edições Loyola, São Paulo: 1979, p. 307

das injustiças sociais e com a apresentação de propostas educacionais para a sociedade brasileira, propostas que deveriam alterar a forma de pensar e agir do homem, tendo como referencial essa alteração na doutrina da Igreja. “A denúncia profética da Igreja e seus compromissos concretos com o pobre causaram-lhe, em não poucos casos, perseguições e vexames de vários tipos: os próprios pobres têm sido as primeiras vítimas de tais vexames.”⁵²

3.2. As estratégias de educação contidas nas campanhas da fraternidade de 1982 e 1998

Nestes documentos nossa ênfase estará nos textos-base das campanhas da fraternidade de 1982 e 1998, os quais refletem o desejo da Igreja Católica de analisar a educação presente na sociedade brasileira e apresentar as suas propostas para estabelecer uma educação justa e fraterna para todos.

O texto-base da Campanha da Fraternidade de 1982 mostrava a Igreja Católica como uma instituição inserida na sociedade e por isso também responsável pelo processo a partir do qual a educação estava sendo encaminhada, cabendo-lhe informar e formar estes cidadãos para que construíssem uma sociedade fraterna, sem exclusão. Ao mesmo tempo o texto demonstrava que esta exclusão já se fazia presente na sociedade, pois ao apontar os problemas pelos quais as famílias estavam passando, demonstrava que algo não estava bem e apontava como responsável o sistema econômico vigente, o qual não dava condições para que as

⁵² idem, p. 307.

pessoas pudessem estar empregadas nos locais em que residiam e conseqüentemente elas necessitavam se deslocar para grandes centros à procura de emprego.

Na verdade a concepção da Igreja Católica com relação à família era que esta sempre foi e será um dos eixos educadores. Como primeira célula da sociedade e portanto educadora, se ela vai mal, a sociedade será um reflexo dessa realidade.

Outro ponto abordado no texto-base, foi relativo à invasão cultural na sociedade brasileira e os seus malefícios." *Nesta perspectiva é que freqüentemente se interpreta o passado e o presente, a cultura e o saber, e o que deve ser transmitido às novas gerações através da Educação*" (texto-base, p.7).

Através de tal invasão cultural estava sendo estruturado o modo de ser e viver social no Brasil. Com isso a sociedade brasileira estava desenvolvendo a cultura do ter. " *A estruturação individualista e competitiva de nossa sociedade leva à busca do saber, da técnica e da educação, como formas de obter status, lucro e poder*" (texto-base:1982, p.7).

Para Igreja a cultura do consumo esvaziava as pessoas, tornando-as ocas de conhecimento e por conseguinte sem referencial de vida, pois desconheciam a sua realidade em função da ilusão dada pelo consumo. " *Em tal contexto, a cultura popular é descaraterizada e reduzida a mero objeto de consumo, a serviço de grupos privilegiados*" (texto-base: 1982, p.7).

Nesse aspecto essa cultura também procurou desculpabilizar as pessoas pelas ações individualistas e egoístas. Dentro de tal sociedade o conceito de justiça social fazia parte do catecismo dos perdedores. “*A motivação dominante é o desejo de privilégio, sem a devida consciência de sua responsabilidade social*” (texto-base: 1982, p.7).

Com relação à participação social e política das pessoas na sociedade a Igreja definia que o “*...povo é reduzido a simples espectador ou, quando muito, a participante meramente simbólico dos acontecimentos políticos e sociais*” (texto-base: 1982, p. 8). Por essa falta de participação política, as pessoas eram manobradas politicamente para colocar no poder pessoas que não representavam as necessidades da população.

A Igreja fazia, dessa forma, uma crítica ao sistema escolar vigente, que visava somente à “*transmissão de conhecimento, abafando o espírito*” e defendia uma educação popular, vista como uma educação que estaria a serviço da participação e da fraternidade. “*Em sentido contrário, porém, algumas escolas, especialmente as vinculadas a confissões religiosas, esforçam-se por se colocarem a serviço da promoção do homem e de uma sociedade fraterna.*” (texto-base: 1982, p. 10).

Outro ponto destacado no texto-base de 1982 diz respeito ao trabalho desenvolvido pelos leigos em prol da educação, Esses leigos estão inseridos dentro da estrutura religiosa da Igreja Católica, e por isso desenvolvem um

trabalho comunitário, contribuindo para o desenvolvimento dos processos educativos junto às camadas populares e menos privilegiadas pelo sistema econômico.

*Nas comunidade Eclesiais de Base surgem processos de participação e comunhão, de educação fraterna que, embora de maneira simples e incipiente, apontam para uma sociedade nova. O processo pedagógico das CEBs, através do respeito pela opinião de cada um e da valorização de sua experiência de vida, leva seus membros a um autêntico crescimento. Também neste particular as CEBs abrem caminho e esperanças novas.*⁵³

A Campanha da Fraternidade de 1982 apresentava esses aspectos como relevantes para se modificar o processo educativo no Brasil e como decorrência alcançar uma sociedade em que prevalecessem os valores sociais voltados para uma educação que levasse as pessoas à fraternidade e à justiça social. Salientava que essa educação deveria ser emancipadora, fazendo com que a pessoas se libertassem da escravidão e das injustiças sociais, de maneira que viesse a aflorar uma sociedade justa, liberta e transformada.

"Educação e Fraternidade" é uma desafio que se põe à consciência e interpela a responsabilidade de todos na convivência e comunidade humanas. Do empenho efetivo e generosos em enfrentá-lo depende, em grande parte, o futuro da sociedade que nos incumbe edificar.

*A todos, como sujeitos e agentes no processo de Libertação Integral, compete esta missão de grande relevância. Como educadores uns dos outros, repousa em cada um a força do compromisso comum na luta por uma educação evangélico-libertadora.*⁵⁴

⁵³ idem , p. 11

⁵⁴ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para uma pastoral da educação. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p. 121.

Esse estímulo se faria presente também na Campanha da Fraternidade de 1998, na qual o contexto histórico foi outro e a realidade brasileira apresentava suas particularidades em relação ao momento.

Nesse momento, as possibilidades eram de apenas reproduzir sistematicamente informações e de concorrer, em imensa desvantagem, com os computadores, e o bom currículo educacional e profissional não era mais o ponto de chegada, mas o de partida.

Em face dessa realidade histórica surgiu a necessidade de um projeto educacional capaz de garantir uma colocação no mercado de trabalho e/ou a manutenção do emprego e com isto, o que poderia fazer a diferença no processo competitivo seria a capacitação das pessoas. Diante de tal quadro, a educação contínua das pessoas passou a ser o mecanismo que garantia um espaço no mercado de trabalho, e se isso não acontecesse pelos menos seriam formadas para serem cidadãos. *"O sistema educacional brasileiro deve preparar os alunos de hoje para serem cidadãos atuantes numa sociedade globalizada, onde a informação desempenhará um papel cada vez mais estratégico: é dever da escola capacitar os seus egressos para o mundo do trabalho."* (MEC/CONSED, 1996).

Diante deste quadro a década de 90 foi marcada pela emergência de novos paradigmas e pela inserção das pessoas no mundo do trabalho. Com isso o sistema educacional deteve-se em direcionar o trabalho pedagógico para formar cidadãos trabalhadores e não técnico-burocratas. Nessa perspectiva foi

apregoado que a desigualdade era marcada pela falta de informação e conseqüentemente levava à desqualificação da sua força de trabalho, e isso se dava pela negação de ser cidadão, sendo assim urgente a necessidade de resgatar a cidadania. *"A cidadania é o exercício de adaptações entre os desejos e deveres, o eu-pessoal e do eu-social. Na formação do cidadão para viver no mundo contraditório, que o progresso vem construindo, não cabem mais as ditaduras de pontos de vista. Lidar com as pluralidades é o grande desafio que se apresenta ao homem do futuro."* (FRANCO, 1997).

Observa-se que o texto-base da Campanha da Fraternidade de 1982 sofre influência direta da 2ª e da 3ª Conferência Episcopal Latina Americana, realizadas em Medellín e Puebla. Após estas conferências, o modelo de Igreja elaborado foi assumindo características novas no Brasil e na América latina. Os pobres tornaram-se os eleitos preferenciais. Sua salvação parte da libertação, que inicia com a libertação da pobreza material. É a partir da causa dos pobres que é repensado o processo educativo, tanto na educação formal quanto na educação não-formal.

"A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação.

A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando.

Queremos tomar consciência do que a Igreja latino-americana fez ou deixou de fazer pelos pobres depois de Medellín, como ponto de partida para a busca de pistas opcionais eficazes em nossa ação evangelizadora, no presente e no futuro da América Latina.

Os pobres, também alentados pela Igreja, começaram a organizar-se para uma vivência integral de sua fé e, por isso, para reivindicar os seus direitos".⁵⁵

A Igreja Católica norteou a sua proposta de educação baseada na educação evangélico-libertadora. Através dessa proposta ela reconhece que a opção preferencial pelos pobres constitui um eixo pedagógico e pastoral indispensável para a sua ação. Através desta pedagogia evangélico-libertadora baseada na opção pelo pobre busca dar inspiração a todo serviço educativo que acredita prestar a sociedade.

Confrontando os fundamentos para a análise da educação em vista da fraternidade, com os dados de nossa realidade educativa, percebe-se a necessidade de criar condições para a prática de uma educação libertadora, a serviço da construção de uma sociedade fraterna.

⁵⁵ Idem, p. 307

Além das características gerais, já apontadas, comuns a todas as situações, esta educação assume formas concretas a descobrir, partindo das diversas realidades. É que ele se refere sempre ao homem como ser situado e datado, isto é, no “aqui” e no “agora”.

A Campanha da Fraternidade, enquanto momento forte de Evangelização, reflexão, conversão e ação, deve levar a rever os processos, relações e atividades educativas pessoais e grupais e a incentivar a promoção de uma educação libertadora e evangelizadora em todas as situações.”⁵⁶

Conclama os educadores e as instituições católicas a se comprometer com o o processo educativo. Este ideal de pessoa e de sociedade que a Igreja quer assumir deve nortear a seleção de meios e a organização de experiências educativas em todas as modalidades da educação.

É preciso que todas as pessoas se sintam parte de um povo que caminha junto, de tal maneira que o saber não se torne privilégio e poder de alguns, mas responsabilidade a serviço de todos. Forma concreta de consegui-lo será a organização de grupos de técnicos, intelectuais, juristas, médicos e outros profissionais dispostos a repensar seu próprio saber e colocá-lo a serviço. Em todas essas iniciativas, nada deve impor-se ao povo, e ninguém há de tomar o

⁵⁶ Manual da Campanha da Fraternidade 1982 – CNBB. Educação e Fraternidade. São Paulo: Editora Salesiana, 1982, p. 18

seu lugar. Ele deve sempre ser respeitado no seu ritmo, saber, responsabilidade de organizar e coordenar as próprias atividades.⁵⁷

Durante as décadas de 70 e 80, os movimentos de cultura popular tornaram-se os espaços privilegiados para o trabalho de educação popular. Buscava-se através de uma revolução na cultura a revolução social.

Nas Comunidades Eclesiais da Base surgem processos de participação e comunhão, de educação fraterna que, embora de maneira simples e incipiente, apontam para uma sociedade nova.

Também neste particular as CEBs abrem caminhos e esperanças novas. Os pobres aparecem não só como primeiros destinatários, suas também como melhores ouvintes e portadores da Palavra. A Igreja toda vem aprendendo com o povo Simples, propiciando este aprendizado profundas conversões de agentes de pastoral e até o aprimoramento das instituições eclesiais.

De maneira semelhante, outras organizações e experiências de atuação popular apresentam-se hoje como alargamento de oportunidades educacionais, uma vez que exigem a busca em conjunto da solução dos próprios problemas, a aceitação mútua e a participação de todos em um nível de fraternidade.”⁵⁸

Questionava-se a educação tradicional. Via-se nela o espaço onde predominavam os interesses dos dominantes, uma educação verbalista, hierárquica, monológica;

⁵⁷ idem, p. 19

⁵⁸ Manual da Campanha da Fraternidade 1982 – CNBB. Educação e Fraternidade. São Paulo: Editora Salesiana, 1982, p. 11-12.

uma educação programada para velar a realidade⁵⁹ e fazer com que novas gerações fossem sendo adaptadas ao modelo social vigente.

*Mas pode também ser de natureza tal que mantenha as pessoas e os grupos em situação de dependência, manipulando-os como se fossem objetos e sujeitando-os às estruturas injustas. Impede as pessoas de exercerem plenamente suas prerrogativas como seres livres criados à imagem e semelhança de Deus. Deixa de ser educação para converter-se em instrumento de dominação, de domesticação, responsável pela formação de homens e mulheres acomodados e alienados.*⁶⁰

Como alternativa, propunha-se uma educação crítica, libertadora, conscientizadora. Uma educação que permitisse ao educando desvelar aquilo que não podia ver. Para tanto, era preciso uma mudança radical no processo ensino-aprendizagem. Os educandos deveriam ser os protagonistas do processo de construção de uma verdadeira cultura popular, aquela nascida e produzida dentro de uma perspectiva de classe dos grupos populares; aquela que deveria ser a orientadora do processo de transformação social.

*Existe um campo de tensão entre a educação libertadora e a educação não-libertadora, que exige uma opção de fundo: ou se está pela libertação integral das pessoas e por um outro tipo de relações entre elas, ou se está com as pessoas e sistemas que manipulam os seres humanos e os coisificam.*⁶¹

⁵⁹ A reação é também contra uma consideração meramente técnica ou funcional do analfabetismo, que poderia iludir a opinião pública com a idéia de que o Brasil tem melhorado na solução desse problema, conforme explicitado no texto base da Campanha da Fraternidade de 1982 que diz: "Percebe-se no entanto, que a preocupação básica nos processos aplicados é melhorar a imagem do país comparada à de outras nações, na visão tecnicista que privilegia rentabilidade em termos estatísticos. Essa forma de alfabetização é pouco relevante para o povo, uma vez que seu resultado se reduz muitas vezes no aprendizado da combinação de letras e desenho do próprio nome. Pouco ajuda o povo a interpretar e transformar a situação em que vive" (Texto base CF 82, p 9).

⁶⁰ CNBB – Educação: exigências cristãs. Edições Paulinas, São Paulo: 1990. P. 40

⁶¹ idem, p. 40

Os movimentos de cultura e educação popular desta época tinham uma perspectiva muito ligada à transformação escolar, à criação de escolas que pudessem exercer uma educação transformadora. Não só as escolas, mas também aquelas produzidas nos espaços da sociedade civil, como as experiências produzidas pelas CEBs, pelos movimentos operário e estudantil católico entre outros setores vinculados à Igreja.

Os inúmeros movimentos populares já existentes no País são instancias de educação, conscientizando, transformando as relações sociais, ampliando o campo de ação, reivindicando direitos e tentando melhorar as condições de vida da população. Esses movimentos têm um papel estratégico na construção de um novo projeto de nação e constituem um novo espaço de educação.⁶²

3.3. A valorização da educação informal como ampliação da educação

Observa-se, na Campanha da Fraternidade de 1982, que a concretização de tais objetivos para a educação passa pela análise da educação formal existente e pela valorização da educação informal, educação esta que não vinha recebendo atenção da sociedade.

No entanto esta campanha de 1982 também nos adverte de que valorizar o campo da educação não-formal não implica na desvalorização da educação escolar. Por essa razão, a justificação da educação não-escolar não pode ser construída contra a escola, nem servir a quaisquer estratégias de destruição dos sistemas públicos de ensino.

⁶² CNBB – Educação: exigências cristãs. Edições Paulinas, São Paulo: 1990. P. 15

Nesse sentido, é importante salientar que o campo da educação não-escolar (informal) sempre coexistiu com o campo da educação escolar, sendo mesmo possível imaginar ações comuns produtivas e constatar experiências com interseções e complementaridades diversas.

O exemplo mais evidente pode ser dado pela educação familiar, que, inscrevendo-se genericamente no campo da educação informal, continua a ser pensada como educação decisiva para a construção dos percursos individuais de escolarização.

Outro aspecto descrito na Campanha de Fraternidade de 82 é verificar a importância da educação enquanto socializadora das novas gerações e lugar privilegiado para a construção da cidadania na lógica do Estado-nação. Assim, sem abdicar de níveis elevados de exigência científica e pedagógica, esta campanha se propõe empenhar-se na promoção do sucesso na aprendizagem e no desenvolvimento de sujeitos críticos e participativos, dentro de uma lógica mais referenciada aos direitos sociais e culturais enquanto direitos humanos básicos.

3.4. A educação na Conferência de Santo Domingo e sua relação com o mundo globalizado

O ano de 1998 foi, para o Estado brasileiro um momento de repensar a orientação curricular, o papel da escola e seus rumos. Com a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) pelo Conselho Nacional da Educação, as escolas

passaram a incluir em sua estrutura curricular um núcleo de conteúdos ou temas de convívio social e ética, também denominados temas transversais, com o objetivo de servirem à formação integral do ser humano.

A partir dessa nova concepção educacional, baseada na visão do mundo como conjunto dinâmico de relações, cabe às instituições educacionais influir significativamente no processo de transformação da sociedade. A escola, acompanhando a mudança de paradigma, deixa de ser o local onde o professor vai preencher o aluno com conhecimentos, e passa a ser pensada como lugar em que as relações ocorrem de modo que se facilite o desenvolvimento do aluno como pessoa. O contato do educando com a cultura deve ser vivenciado em ambiente onde as relações favoreçam a construção da autonomia, do respeito e da solidariedade .

Neste mesmo ano a Igreja Católica realiza mais uma Campanha da Fraternidade com tema "Fraternidade e Educação", tendo como lema "A serviço da Vida e da Esperança". Buscando retratar a questão educacional do País a partir de seu ponto de vista, esta campanha também irá utilizar o método ver-julgar-agir para demonstrar a realidade educacional do País e quais os caminhos para modificar esta realidade.

O texto-base da CF-98 apresenta, nesta primeira parte, alguns dados da realidade brasileira sobre educação. Educação em sentido amplo, que engloba a educação escolar, mas vai além dela. O texto convida as

peças, as comunidades e a sociedade a ver e analisar o que acontece no seu contexto específico e próximo, e a ligar estes dados com a situação global do País e do mundo. (texto-base CF-98, p. 61).

O texto-base da Campanha de 98 procura analisar a realidade educacional brasileira a partir de três ângulos: o senso comum popular sobre o conceito de educação, os dados socioeconômicos sobre a educação no Brasil e os indicadores da influência das mudanças no mundo contemporâneo na educação.

Nessa campanha sobre a educação, o discurso terá contornos diferenciados da década anterior, embora determinados objetivos tenham sido repetidos na Campanha da Fraternidade de 1998.⁶³

Fraternidade a serviço da educação para que esta promova a cidadania é o tema da Campanha. Como fez nos documentos anteriores, a CNBB trata aqui a educação em sentido amplo, como a que ocorre espontaneamente nas relações e instâncias sociais e também no sentido estrito: a que se realiza de modo intencionado e organizado na escola. Trata-se da "...busca constante que pessoas e grupos fazem para construir sua própria identidade e sua história. É o empenho em vista do processo de

⁶³ Conforme KLEIN, Luiz Fernando. "A Campanha da Fraternidade sobre Educação: Desafios e Mudanças". Aula inaugural. Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, 18/3/1998. Na campanha da fraternidade de 1998 o: "referencial de análise, de juízo e de ação da Campanha é a pessoa, a mensagem e a missão de Jesus Cristo; o projeto de Deus para o ser humano; a proposta de educação evangelizadora e libertadora e da opção preferencial pelos pobres, apresentadas nas conferências do episcopado latino-americano em Medellín; Puebla e Santo Domingo e o programa da Igreja para a nova evangelização".

humanização e personalização, para uma atuação transformadora na sociedade, segundo o ideal de justiça e solidariedade" (texto base, p.92).

O lema da CF-98, A serviço da vida e da esperança, procede do objetivo proclamado pela CNBB nas Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998. Diante da disseminada "cultura de morte", os bispos identificam sementes de esperança nos anseios do ser humano e nos sinais dos tempos e pessoas e enfatizam a necessidade de se incrementar a esperança dos evangelizadores, à luz do Cristo vitorioso, para implantarem uma nova cultura que privilegie a vida, em todas as suas dimensões, para todos.⁶⁴

O texto-base de 98 chama a atenção para o fato de que a exclusão, marginalização e apartação social são as categorias mais evidentes da análise da realidade educacional. De acordo com o texto-base a escolaridade desigual no Brasil mostra que estão em desvantagem alunos pobres, de cor negra, do sexo feminino, da área rural e do Nordeste.

Através do texto-base da Campanha de 98, a Igreja católica explicita que para acontecerem mudanças significativas na educação é preciso pautar-se em quatro objetivos: enfatizar a pessoa humana, a comunidade, a cidadania e a erradicação do analfabetismo.

Tanto o texto-base de 82 como o texto-base de 98 questiona quem são os agentes educadores na atual conjuntura social, e se estes agentes são somente a escola ou se a educação pode advir de outros agentes sociais.

São tão profundas e amplas as alterações em curso que nos encontramos numa mudança civilizatória, na expectativa do surgimento de um mundo novo. Por isso, entende a CNBB que este é o momento auspicioso para a educação formal e informal atualizar-se, a fim de colocar a vida humana como o conteúdo mais

⁶⁴ KLEIN, Luiz Fernando. "A Campanha da Fraternidade sobre Educação: Desafios e Mudanças". Aula inaugural. Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, 18/3/1998.

importante que as coisas. Importa aprender a viver em qualquer realidade, a conviver com os diferentes e a servi-los, a transformar-se para viver e servir melhor. Para isso faz-se mister reinventar o papel dos agentes de educação e mudar as estruturas que impedem ou solapam a vida e a convivência das pessoas. Pessoa e comunidade será o binômio a pervadir o novo tipo de educação vislumbrado pela Campanha.⁶⁵

Nesta reflexão os dois textos-base frisam que os agentes sociais não são somente as escolas, embora defenda que as instituições católicas podem educar em sentido amplo:

...daí que as famílias gostem que seus filhos estudem em instituições religiosas. E neste campo, as Igrejas e congregações religiosas têm investido muito com pessoal, tempo, dinheiro, formação de docentes e agentes de pastoral e vontade evangelizadora" (texto-base - CF-98, p.63)

Mas agentes também podem ser a própria pessoa, a família, a Igreja, as comunidades, ONGs, as associações, os sindicatos, os partidos políticos, o Estado e os meios de comunicação social.⁶⁶

O texto-base da Campanha de 98 utiliza-se de dados técnicos do MEC, do IBGE e Unicef, e procura mostrar como está a escolaridade no Brasil, ou seja, no ensino fundamental, médio e superior. Com base nestes dados procura mostrar quem são os excluídos da educação, destacando em primeiro lugar os analfabetos em sentido técnico, aqueles que não sabem ler e escrever, em segundo crianças e

⁶⁵ KLEIN, Luiz Fernando. "A Campanha da Fraternidade sobre Educação: Desafios e Mudanças". Aula inaugural. Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, 18/3/1998.

⁶⁶ Manual da Campanha da Fraternidade 1998 - CNBB. Fraternidade e Educação . São Paulo: Editora Salesiana, 1998, p. 64-66.

adolescentes em idade escolar que estão fora da escola, em terceiro os que não concluem o ensino fundamental, em quarto os jovens pobres, que não têm acesso ao ensino superior gratuito, e por último os migrantes e trabalhadores sazonais, que não têm condições de se integrar nas estruturas educacionais.

Por outro lado também apresenta outros tipos de excluídos: as pessoas que, mesmo sendo cultas, não conseguem cuidar da própria vida; as pessoas que não conhecem os seus direitos; os analfabetos pós-modernos, que não conseguem lidar com as novas tecnologias; os analfabetos do *economês* e analfabetos televisivos, os analfabetos políticos e aqueles que não reconhecem a sua cultura.⁶⁷

Com relação ao campo cultural, o texto-base de 98 chama a atenção para a grande revolução tecnológica, que trouxe no seu bojo a necessidade da informatização microeletrônica, da engenharia genética, da química fina, da telemática, da robótica, e tantos outros ramos da ciência, os quais pouco a pouco determinam que a Revolução Industrial vá perdendo a sua importância em relação à nova onda que favorece mais os serviços que a construção de grandes indústrias.

Está surgindo um mundo novo, diferente, fruto da inovação tecnológica, da informática e da sempre mais rápida e crescente comunicação, do fenômeno da urbanização em massa e das transformações surpreendentes que vão se dando no campo da cultura, da política e da economia, seja no âmbito mundial, seja

⁶⁷ Idem, p. 67-76.

*dentro de nosso País. Essas mudanças estão influenciando amplamente a educação em todos os seus níveis.*⁶⁸

De acordo com o texto-base de 98, nessa nova conjuntura social, torna-se extremamente decisiva a geração do conhecimento, seu domínio e sua manipulação, no mundo da produção, da gerência e dos serviços. Antes de tudo, uma educação básica mais ampla e sólida para que se possam assimilar mais fácil e rapidamente os novos conhecimentos.

Em termos de Brasil, pessoas sem o segundo grau completo dificilmente se preparam para acompanhar a revolução tecnológica. As máquinas cada vez mais sofisticadas exigirão dos operários, para manipularem-nas, sempre maior capacidade intelectual e familiaridade com os novos tipos de saber, e com isto muitos estão fadados a serem excluídos do trabalho.⁶⁹

Outro desafio da educação apresentado no texto-base de 98 é relativo à globalização. Em geral, esta é mais relacionada com a economia, mas seu impacto sobre a cultura não é menor. A globalização produz duplo efeito sobre nossas culturas. De um lado, põe ao alcance do conhecimento de todos, experiências humanas de qualquer rincão do mundo. Assim, por exemplo, o Movimento Sem-Terra tem sua *home page* na Internet, de modo que todo o mundo pode informar-se sobre ele e eventualmente dar-lhe apoio.

⁶⁸ Idem, p. 78

⁶⁹ idem, p. 78-79.

Doutro lado, a globalização favorece o impacto de uma cultura de massa, gerada nos países centrais e especialmente nos EE.UU., ou sob sua hegemonia. Essa cultura termina destruindo as culturas nacionais, próprias, originais, a não ser que estas tomem consciência de sua originalidade e se defendam.⁷⁰

A Campanha da Fraternidade de 1998 chama a atenção para as mudanças culturais e convoca a todos para trabalhar na criação de um novo imaginário social que deixe de ser elitista e excludente.

3.5. Os desafios da educação apresentados na Campanha da Fraternidade de 1998: a construção da cidadania

O texto base da CF 98 acentua que no tempo atual o desafio está em colocar a ação política e a democracia sobre os seus verdadeiros pés: os cidadãos, seus valores, suas ações coletivas, suas necessidades, seus desejos, seus direitos. A estratégia para alcançar estes objetivos está em trilhar novos caminhos, começando pela base da sociedade, indo ao encontro de quem faz a vida social, indo ao lugar em que a vida acontece. Busca-se a pessoa concreta, com nome e sobrenome, com pais, irmãos, parentes, amigos, vizinhos. É importante partir das relações sociais em que cada pessoa tem uma identidade, é reconhecida pelas outras pessoas e contribui com todos para viver junto com eles.

Visto que as mudanças típicas da pós-modernidade implicam em massificação, despersonalização, marginalização, superficialidade, evasão, desencanto, etc., a

⁷⁰ Idem, p. 78-87

Campanha reage ancorando o tipo de educação no princípio da personalização. A educação é, por isso, desafiada a uma tarefa contracultural: a de resgatar a pessoa da margem para o centro do desenvolvimento, da passividade para o protagonismo, da submissão ao progresso para a sua orientação, da descrença para a utopia, da acomodação para o engajamento. Trata-se de ajudar a pessoa a reconhecer-se digna e também responsável por promover a própria vida em todas as dimensões e, de igual modo, a vida dos seus semelhantes. No documento os bispos do Brasil decidem-se por uma 'educação personalizada, comunitária e aberta ao Transcendente (texto base, p. 93)..⁷¹

O ponto de partida é a vida cotidiana. É nela que a convivência é feita a partir dos valores em que todos acreditam. E quando existem diferenças, entram em cena jeitos de fazer acertos. O desejo é criar uma sociedade fundada sobre valores, orientada pela ética aliada a técnica; é no cotidiano da vida que se busca encontrar o seu fundamento. Tais valores servem para educar os novos, como servem para desenvolver iniciativas sociais de todo tipo. São eles que mantêm firme a criatividade do grupo e da comunidade, gerando união e iniciativas para enfrentar os problemas de todos.

Todas as ações relacionadas à vida em comum são prática política. Numa sociedade realmente democrática, é nessas ações políticas que se fundam as instituições públicas, o Estado. O crescimento das ações locais ligadas ao cotidiano significa um alargamento do espaço público: ações de pessoas em benefício de todos. Esse crescimento pode fazer que as instituições estatais se voltem para o serviço público, complementando e reforçando as iniciativas locais das pessoas.

⁷¹ KLEIN, Luiz Fernando. "A Campanha da Fraternidade sobre Educação: Desafios e Mudanças". Aula inaugural. Rio de Janeiro: Centro Loyola de Fé e Cultura, 18/3/1998.

Vista assim, a vida cotidiana é a verdadeira escola da cidadania. Não existe o cidadão pronto e acabado, idealizado. O que existe é a cidadania em construção. Aprende-se a ser cidadão através da prática da cidadania.

O lugar e o espaço primeiro, original e permanente de cidadania é o lugar e o espaço em que se vive, se luta para viver melhor, se trabalha, se estuda, se reza, se faz festa: a casa, a roça, a fábrica, o bar, a rua, a escola, o clube ou salão comunitário, o campo de esporte, a festa do padroeiro, a convivência com os diferentes. É aqui que se é mais ou menos cidadão, isto é, pessoa que participa, que decide, que faz e que ajuda a fazer o que é bom para todos, inclusive para si próprio.

A conquista de uma cidadania plena não se completa aqui, no local. Ela precisa acontecer e marcar a vida do trabalho, a convivência e organização do conjunto das localidades de um município, de uma região ou estado, de todas as regiões do país.

Mais especificamente, é no concreto, nas relações sociais do dia-a-dia que a cidadania revelará sua plenitude ou limitação. Por isso, a prática da cidadania nas relações políticas nacionais tem seu fundamento e seu destino na vida concreta das pessoas, que vivem em diferentes localidades, com diferentes possibilidades e até diferentes jeitos de conviver.

Construir uma unidade de tantas diferenças é o desafio comum dos brasileiros, que vivem em lugares bem concretos, e não no ar, ou nas idéias, na generalidade dos conceitos.

A vida dos cidadãos se faz por meio da contribuição de cada um, de cada família, de cada grupo social que compõe a sociedade local, a comunidade humana concreta, no campo ou na cidade. A convivência acontece, por isso, pela ação de diferentes sujeitos sociais.

A educação como prática da cidadania se propõe a mobilizar a comunidade a partir da descoberta e do reconhecimento da colaboração dos muitos sujeitos sociais que fazem a vida continuar em cada comunidade.

O objetivo é a descoberta de quanto e de como cada pessoa e cada grupo ou setor social é construtor da vida e da convivência. Isto significa: descobrir como cada um e todos são cidadãos, construtores de relações democráticas na sociedade.

A descoberta é feita pela mobilização. Isto quer dizer: por meio de alguma prática coletiva em que se percebam os diferentes sujeitos, celebrando suas contribuições para a vida em conjunto. Não basta uma descoberta ou reconhecimento formal. É preciso que a comunidade confirme a importância da contribuição de cada sujeito coletivo.

O texto-base da CF 98 enfatiza a educação como ponto de partida para a construção da cidadania dentro e fora dos espaços escolares. Ressalta que o papel da educação no final do século XX continua sendo o projeto para melhoria da sociedade, embora haja necessidade de promover a sua adequação aos novos desafios e problemas contemporâneos, de modo que a educação, através das escolas, possa assumir as novas missões que lhe são exigidas, nomeadamente aquelas que decorrem das mutações na economia globalizada e da exigência da chamada sociedade da informação.

Após mapear o conceito de educação que emerge do senso comum popular e apontar os principais dados estatísticos da educação, os textos-base de 1982 e 1998 apresentam as principais mudanças que ocorreram na economia, na política, nos avanços científicos, nos meios de comunicação social, no trabalho, nas relações humanas, na ética e na cultura em geral, e destacam a influência que exercem sobre a educação.

Para alterar as estruturas postas, a Igreja entende que o caminho mais adequado é adotar o elemento que permeia as propostas de ação nos dois documentos, ou seja, a aplicação da educação evangélico-libertadora, tendo como referencial de análise de juízo e de ação das campanhas da fraternidade a pessoa, a proposta de educação evangelizadora e libertadora e da opção preferencial pelos pobres, apresentadas nas conferências do episcopado latino-americano em Medellín, Puebla e Santo Domingo.

CAPÍTULO III

4. A CAMINHADA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA: DE MEDELLÍN A PUEBLA

4.1. A educação libertadora sob a ótica da Igreja Romana

A década 60 também é marcada pelas transformações globais nos campos social, político e ideológico. Diante dessas transformações a Igreja Católica busca soluções para os problemas postos e orientações para sua prática religiosa. Como já se observou, o Papa se voltou especialmente para as tarefas evangelizadoras no mundo, particularmente olhando para a América Latina, já então território aberto à expansão das denominações protestantes e propício às fermentações socialistas, tendo como exemplo a implantação do comunismo em Cuba.

No caso do Brasil, a CNBB, que já possuía uma trajetória de experiências decenais e sugestivas na área de coordenação do planejamento do apostolado da Igreja Católica em dimensão regional, julgou-se em condição de montar, às pressas, o primeiro Plano de Pastoral de Conjunto para todo o país, chamado de “Plano de Emergência” (1962).⁷² Faziam parte do cerne desse plano três dimensões, a saber: educacional, ministerial, paroquial, em todas as quais se insere a questão da catequese.

Foi nesse contexto que a CNBB estruturou um plano de catequização de âmbito nacional, o qual devia corresponder aos anseios e objetivos propostos no Concílio Vaticano II. A partir desse caminho e dos acontecimentos em nível mundial estruturaram-se várias formas de catequização, e como uma delas, foi criada a Campanha da Fraternidade.

Posteriormente ao Concílio Vaticano II, foi realizada a Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, com a presença do Papa Paulo VI, que no ano anterior publicara a Exortação Apostólica *Populorum Progressio* (1967), onde aprofundara muito a noção de desenvolvimento e afirmara que não basta o desenvolvimento econômico e que só um desenvolvimento integral é fiel ao Evangelho.

⁷² Foram as primeiras tentativas de dar maior organicidade à ação da Igreja com idéias derivadas do planejamento formuladas por assessores. Os Planos estimulados por campanhas nacionais de reciclagem e pelos cursos e atividades dos vários secretariados nacionais foram firmando raízes para a eficiência da CNBB e dos seus órgãos regionais.

A Conferência de Medellín apresentou-se claramente sob o signo da transformação. Logo na introdução do documento de Medellín afirma-se “*A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se com uma rapidez extraordinária, atinge e afeta a todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso*”. Este mesmo documento afirma ainda que estamos no limiar de uma nova época da história. “*Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva*”.⁷³

Assim, quando da realização da 2.^a Conferência Episcopal Latino-Americana (Medellín, 1968), a Igreja lançou o seu olhar para a educação vigente e apresentou como alternativa a educação libertadora. Via-se a educação libertadora como exigência para dar, no campo da educação, “*...uma resposta ao desafio do presente e do futuro para nosso continente*”⁷⁴. **IRMA MARIA**

LEONIDA FAVERO EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO COTIDIANO DA ESCOLA

*certamente não basta refletir, conseguir mais clareza e falar. É preciso agir. Não deixa de ser esta a hora da palavra, mas chegou com urgência dramática, a hora da ação. É o momento de descobrir, com imaginação criadora, a ação que corresponde realizar e, evidentemente, deverá ser levada a cabo, com a audácia do Espírito e o equilíbrio de Deus.*⁷⁵

A Igreja Católica teve sempre viva consciência de que lhe cabe educar. Já as primeiras comunidades descritas nos Atos dos Apóstolos exerciam tal tarefa,

⁷³ CELAM, a Igreja na atual transformação da América Latina à Luz do Concílio, Conclusões de Medellín, Petrópolis: Vozes, 1969, 2ª Edição, p.42.

⁷⁴ idem, p. 74

⁷⁵ idem, p. 41,42.

através da solidariedade de todos entre si, da partilha dos bens e da co-responsabilidade na oração e na missão, assíduas no ensinamento dos Apóstolos.

⁷⁶ Ao longo dos séculos, no mesmo espírito, em resposta aos sucessivos desafios históricos, foram surgindo figuras expressivas dedicadas à educação e à cultura.

4.2. Da educação libertadora à educação evangelizadora

O Documento de Medellín indicava a necessidade de uma nova visão de educação que superasse os modelos educacionais então vigentes, o tradicional (que na educação escolar é de tipo acadêmico) e o tecnicista (ou técnico-desenvolvimentista).

Foi nesse contexto que a Conferência de Medellín inseriu a educação libertadora⁷⁷ como “fator básico e decisivo” na transformação dos povos latino-americanos.

Propondo uma visão de educação baseada no desenvolvimento integral do homem, esse modelo de educação deveria transformar o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento, e que se constituísse num meio-chave para libertar os povos de toda servidão⁷⁸ e com isto fazê-los ascender “de condições de vida menos humana, para condições de vida mais humana”.⁷⁹

⁷⁶ Antoncich, Ricardo, San, José Miguel M. Ensino Social da Igreja, pg. 30

⁷⁷ Não podemos esquecer, na construção da nova proposta, a contribuição do educador Paulo Freire, especialmente por sua prática pedagógica, na alfabetização de adultos e na sistematização teórica desta prática, em suas primeiras publicações anteriores à Conferência de Medellín.

⁷⁸ CELAM, a Igreja na atual transformação da América Latina à Luz do Concílio, Conclusões de Medellín, Petrópolis: Vozes, 1969, 2ª Edição, 74.

⁷⁹ Idem, p. 42-3.

Para tanto, a educação precisava ser: criadora, enquanto antecipa o novo tipo de sociedade que se busca na América Latina; baseada na personalização das novas gerações, aprofundando a consciência da dignidade humana, da autodeterminação e do sentido comunitário da educação; aberta ao diálogo, enriquecendo-se com os valores que a juventude intui e descobre como válidos para o futuro e promovendo a compreensão dos jovens entre si e com os adultos; afirmadora das peculiaridades locais e nacionais, para integrá-las na unidade pluralista do continente e do mundo; capacitadora para a transformação permanente e orgânica que o desenvolvimento integral supõe; redentora das escravidões injustas e do egoísmo.⁸⁰

Conforme o documento de Medellín a Educação Libertadora devia ser entendida no horizonte da libertação integral, da promoção social de todo o homem e do homem todo, do verdadeiro desenvolvimento de todos e de cada um.⁸¹

A Conferência de Medellín descrevia a educação na América Latina como elitista, alienada e reprodutora do sistema vigente. A resposta educativa a esta situação sob o signo da libertação orientava-se a superar tais características negativas na prática interna educacional e nas relações com o sistema sociopolítico vigente.⁸²

Já no fim da década de 70, mas sobretudo a partir da década de 80, intensificou-se a discussão da educação, esclarecendo-se especialmente a sua dimensão

⁸⁰ CELAM, a Igreja na atual transformação da América Latina à Luz do Concílio, Conclusões de Medellín, Petrópolis: Vozes, 1969, 2ª Edição, p.74.

⁸¹ idem, p. 74

⁸² idem, p. 73

política e suas implicações na prática do dia-a-dia. Foi ficando mais clara a vinculação da educação libertadora com a opção pelos empobrecidos, não só quando dirigida às classes populares, pois essa opção “constitui ela própria a pedagogia evangélico-libertadora, para todos os setores da sociedade” (CNBB - Documento Nº 28). “É a partir da causa dos pobres e de seu projeto histórico que deve ser constantemente repensado o processo educativo, tanto na educação formal quanto na educação não formal. Da mesma forma deve ser questionado todo o sistema educativo” (CNBB - Estudos, nº 41). A educação evangélico-libertadora realiza-se

... a partir da análise, iluminada pela fé, do próprio fato educativo, dentro do contexto sócio-político-econômico da sociedade conflitiva em que ela se processa, e não a partir de uma visão idealista da educação, que compromete muito pouco. Para essa análise é fundamental o lugar social do educador. Numa dimensão de educação evangélico-libertadora só poderá ser o dos empobrecidos. Isto ajudará a ter presente o engodo que representa uma preocupação puramente técnico-pedagógica, desvinculada da dimensão sócio-política da educação. Comprometerá na revisão das estruturas e processos educativos, a partir das exigências da fé e da realidade social (CNBB -Estudos, nº 41).

Embora a Conferência de Medellín abrisse caminho para uma ação, para um caminho de libertação, o encaminhamento desta proposta se chocou diretamente com o sistema político vigente no Brasil, e com isto foi preciso mudar as estratégias e, mais, modificar a expressão "educação libertadora" para "educação para a justiça".

O grito de Medellín soava: “É preciso agir”. Esta não deixou de ser a hora da palavra, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da ação. No entanto, caía como uma placa de chumbo sobre o continente o silêncio violento da repressão. Os países maiores, como Brasil e Argentina, já

viviam sob violenta ditadura militar, que mais tarde assola o Chile. Os outros países, mais ou menos, também estavam sob o império da ideologia da Segurança Nacional.

Os princípios da “Educação Libertadora” entravam em choque direto com os novos rumos ideológicos do continente. Também no CELAM processava-se uma guinada conservadora. Sem querer trair alguns elementos fundamentais da “Educação Libertadora”, com a proscrição do termo “libertação” no mundo político e mais tarde eclesiástico, buscou-se encontrar uma expressão e formulação palatável.

O Sínodo de 1971 lançou a temática da justiça. É um termo menos marcado ideologicamente. Não havia regime militar por mais autoritário e discricionário que pudesse frontalmente opor-se a uma “educação para a justiça”. A expressão tinha a desvantagem de omitir o significante “libertação”, tão relevante e carregado de força, mas, por sua vez, permitia que se continuasse, sem tantos entraves, um trabalho educativo na linha da transformação estrutural da sociedade.⁸³

A mudança de conceito se faz proposital, pois a própria palavra libertadora poderia vincular a movimento de caráter subversivo sob a ótica do regime militar; mas também a Igreja quer desvincular a idéia de educação libertadora da prática preconizada pela Teologia da Libertação, que entende a educação libertadora vinculada à idéia política, enquanto a Igreja Católica entende a libertação em Cristo e não o Cristo aliado a um pensamento político ideológico socialista.

Posterior à Conferência de Medellín foi a realização da Conferência de Puebla, em 1979, que provocou em toda a Igreja Latino-Americana um intenso processo de reflexão crítica, a partir da experiência eclesial desencadeada por Medellín. Era

⁸³ LIBANEO, J.B. "Caminhada da Educação Libertadora de Medellín a nossos dias. Brasília: Revista AEC, nº 107, 1997, p.11-12.

no horizonte global da temática abordada por Puebla, e de sua finalidade orientada para a evangelização, que a análise do papel da educação deveria ser situada.

É bem verdade que durante os 10 anos que se passaram de Medellín a Puebla fora esboçada uma reação interna à abertura da Igreja Católica Latino-Americana para o aspecto social e político e à preocupação em viabilizar uma educação de transformação social. A preocupação era em situar o papel da Igreja frente ao mundo e à sociedade em que está inserida e viabilizar o papel evangelizador e não o político. Essas reações foram esboçadas em face dos caminhos que foram abertos a partir de Medellín, principalmente em função de a Teologia da Libertação estar dando então um novo impulso à Igreja Latino-Americana, o que não era visto como o melhor caminho para Igreja, uma vez que cabe a ela proteger, guardar e fazer perpetuar a sua tradição, e que, adotando este projeto da Teologia da Libertação, poderia desvirtuar o verdadeiro sentido de sua missão.

Puebla veio afirmar com vigor o conteúdo e a prática da educação libertadora e para a justiça numa outra expressão - educação evangelizadora - situando-a na linha de desenvolvimento da educação libertadora, mas dentro dos limites e práticas da Igreja Católica:.

A educação evangelizadora assume e completa a noção de 'educação libertadora', porque deve contribuir para a conversão educativa do homem total, não apenas no seu eu profundo e individual, mas também no seu eu periférico e social, orientando-o radicalmente para a genuína libertação cristã, que abre o homem a plena participação no mistério do Cristo ressuscitado, isto é, a uma

*comunhão filial com o Pai e a uma comunhão fraterna com os homens seus irmãos.*⁸⁴

Nessa dimensão a educação foi compreendida com a função de possibilitar o indivíduo de se conhecer, integrar-se ao ambiente em que vive e de se apropriar dos conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo de sua história. Tal pensamento implicava propor um processo de ensino-aprendizagem em que a pessoa fosse capaz de compreender o seu cotidiano, modificar-se sem perder a sua identidade, transformar-se a si próprio e à sociedade sem se perder, sem comprometer a essência, a historicidade, as raízes e o processo cultural, evoluindo o conhecimento no sentido de aprimorar as suas relações sociais.

Para a Igreja Católica a educação é de fato uma atividade humana, da ordem da cultura, e a sua finalidade essencial é humanizar. Dessa forma o objetivo de toda educação genuína é humanizar e personalizar o homem, sem desvirtuá-lo, mas ao contrário orientá-lo eficazmente para seu fim último, que transcende a essencial finitude do homem.

Logo, para a Igreja Católica, a educação seria tanto mais humanizadora quanto mais se abrisse para a transcendência, ou seja, para a Verdade e o Sumo Bem; e uma real perspectiva de humanização e personalização do homem só seria possível se conseguisse o desenvolvimento do seu pensamento e da sua liberdade, de maneira a frutificar em hábitos de compreensão e comunhão com a

⁸⁴ Evangelização no presente e no futuro da América Latina, Conclusões da Conferência de Puebla. São Paulo: Edições Paulinas, 1979, p. 287-288.

totalidade da ordem real, por meio dos quais o próprio homem humanizaria o seu mundo, produziria cultura, transformaria a sociedade e construiria a história.

As campanhas da fraternidade de 1982 e 1998 buscavam denunciar os problemas da educação no Brasil, levando em conta os documentos e diretrizes para educação a partir do Concílio do Vaticano II, 2ª Conferência de Medellín e 3ª Conferência de Puebla.

Neste aspecto o projeto político da Igreja para a educação estava em propagar e enraizar a doutrina emanada da Igreja de Roma, e portanto não deveria seguir modelos que propusessem uma prática educativa tendo como fundamentação qualquer teoria de ordem ideológica que não fosse a proposta pela tradição da Igreja.

Ao debruçar-nos sobre a realidade social, para examiná-la sob o ângulo da educação, o fazemos na consciência ser co-responsável por essa mesma realidade, da qual somos parte integrante. Trata-se de um "ver" comprometido e sofrido de quem deseja o homem e a sociedade libertos para a fraternidade que se constrói na história. Um "ver" que ao mesmo tempo valoriza os aspectos positivos portadores de esperanças no campo da educação.⁸⁵

4.3. A educação libertadora sob nova roupagem: educação para a solidariedade

Através das diretrizes elaboradas para o início da década de noventa, a Conferência Episcopal abordou a questão da modernidade a partir de três aspectos principais: o individualismo; o pluralismo cultural e religioso; as

⁸⁵ Manual da Campanha da Fraternidade 1982 - CNBB. Educação e Fraternidade . São Paulo: Editora Salesiana, 1982, pg. 7.

contradições sociais e suas causas estruturais. Portanto foram propostos novos acentos pastorais, como a valorização da pessoa e da experiência subjetiva; vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial; presença mais significativa da Igreja Católica na sociedade.

Nessa mesma sociedade, que vivenciava o caminho de democratização, confrontando-se com uma grave crise ética, de proporções sempre mais crescentes, o apelo a uma nova evangelização foi acolhida pela Igreja Católica no Brasil, sobretudo como oportunidade para uma retomada do ardor missionário, com ênfase na centralidade de Jesus Cristo, e como um desafio a se posicionar perante a modernidade.

Das diretrizes a Santo Domingos", de 1992, confirma sua perspectiva para a educação: " A educação é um ato abrangente e se dá pela convivência social, de maneira formal ou informal, com modalidades alternativas, atingindo a todos os homens, em todas as idades e culturas. Educação para cidadania e para os valores, às vezes menosprezados pela sociedade moderna. Educa-se para o sentido crítico diante do Meios de Comunicação Social, que modificam critérios e valores. A educação é grande meio de nova evangelização, de promoção humana e de formação dos valores cristãos nas frentes culturais.⁸⁶

O Documento final da IV Conferência Geral do CELAM, realizada na cidade de Santo Domingo, República Dominicana, no seu capítulo terceiro, intitulado: "A Cultura Cristã", no subtítulo "Nova Cultura", diz:

Embora realidade pluricultural, a América Latina e o Caribe estão profundamente marcados pela cultura ocidental, cuja memória, consciência e projeto se apresentavam sempre no nosso predominante estilo de vida

⁸⁶ Conferência Nacional do Bispos do Brasil. Das diretrizes para Santo Domingo, 1992. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, Documento 48.

comum. Daí o impacto que a cultura moderna e as possibilidades a nós oferecidas por seu período pós-moderno produziram em nossa maneira de ser...

A pós-modernidade é o resultado do fracasso da pretensão reducionista da razão moderna, que leva o homem a questionar tanto alguns êxitos da modernidade como a confiança no progresso indefinido, embora reconheça, como o faz também a Igreja, seus valores.

Tanto a modernidade, com seus valores e contravalores, como a pós-modernidade enquanto espaço aberto à transcendência, apresentam sérios desafios à evangelização da cultura.⁸⁷

A partir dessa leitura da cultura atual, a conferência de Santo Domingo apresentou os desafios que a Igreja Católica deveria enfrentar na pós-modernidade quanto ao seu encaminhando na sociedade e principalmente como educar dentro de tal contexto social.

A Igreja Católica, a partir da conferência de Santo Domingo, quanto à questão educacional propõe uma valorização da educação para o campo da ética, em face das mudanças estruturais no sistema produtivo em nível mundial. Portanto, se na década de 80 a luta era por uma educação libertadora, na década de 90 a educação libertadora ganharia uma nova forma de expressão: a luta pela solidariedade e fraternidade. Neste sentido a solidariedade se encontraria na base da ética.

Essa solidariedade, para a Igreja Católica, tinha a ver com a relação com o outro, com a compreensão do outro, que é o respeito; com o sofrer do outro, que é a compaixão; com a responsabilidade pelo outro, que é o compromisso; com o

⁸⁷ Conferência Nacional do Bispos do Brasil. Das diretrizes para Santo Domingo, 1992. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, Documento 48,(DSD) N° 252.

desejo de que o outro melhore a situação em que atualmente se encontra, isto é, com a justiça; em última instância, quando possível, com o entregar-se ao outro na procura do seu contínuo crescimento, que é o amor. Assim, educar para a solidariedade era educar para os valores fundamentais que as principais filosofias, as religiões e a humanidade inteira vieram definindo. Educar para a solidariedade era educar para o bem comum e principalmente para o bem-estar da humanidade.

Nessa perspectiva alertou para a importância das instituições religiosas e sociais que inculcam os valores nos homens. Logo, a família, para a Igreja Católica, era e é, sem dúvida, a mais importante de todas, por duas razões: tem maiores possibilidades de oferecer estabilidade, consistência e congruência, apresentando, portanto, todos os requisitos de uma bem-sucedida formação do homem de bem; mas não esquece que ela própria, a Igreja Católica, também constitui fonte primeira desta formação. Enaltece também o papel da sociedade, quando sanciona a convivência e forma no quotidiano os valores; e por último a escola, que ocupa lugar privilegiado nesta formação geral e especificamente para a solidariedade.

Assim, para a Igreja Católica a escola se constitui em lugar privilegiado para a formação cultural e ética entre outros aspectos, uma vez que ela pode ser considerada a representação da sociedade em escala menor. A escola torna-se espaço privilegiado para educar para a solidariedade, porque constitui o espaço de convivência mais plural com que se enfrentam os educandos. Esta formação é vivida nas inter-relações com os pares, com os maiores, com os menores, com os

similares e com os diferentes, e é nesse contexto que se pode colocar em jogo o valor da solidariedade.

Sob esse ponto de vista, a escola é microssociedade, capaz de viver no seu interior, nas suas inter-relações e formas de convivência, aquelas formas de relação humana que se desejam refletidas na sociedade mais ampla.

O futuro da educação libertadora, destarte, anuncia-se para o campo da ética na produção do saber, sem descuidar, naturalmente, a necessidade ainda existente de transformações da realidade social, embora ainda se tenha a luta nas fronteiras da educação conscientizadora e libertadora para o campo político, na herança de Medellín.

Na década de 90 não se pôde pensar numa educação libertadora sem levantar a questão da formação ética. Conjugando-se, portanto, uma formação ética da sociedade em geral e, de modo especial, dos criadores de conhecimento, poder-se-ia esperar um futuro melhor para a humanidade. A ética funda-se na dignidade e nos direitos universais inalienáveis de toda pessoa humana.

As atividades propostas no texto-base de 1998 tiveram como foco central ajudar a pessoa a ser sujeito, protagonista, agente do seu próprio desenvolvimento, da sua humanização, da sua história e, ao mesmo tempo, da dos demais. Essa visão da pessoa como sujeito da educação não transparecia na Campanha de 1982, mas foi desenvolvida no documento *“Educação, Igreja e Sociedade”* e incorporado na *campanha de 1998*.

A análise constante que a pessoa, as famílias, os grupos, as entidades, a Igreja, etc. fizerem dos procedimentos cotidianos e aparentemente 'sem importância' da vida poderia revelar características educativas deterioradas e inspirar modos de revertê-las. Diz o texto-base de 98: *"A CF-98 é uma boa oportunidade para cada família, escola, associação, paróquia rever seu jeito de ser comunidade, de se organizar, de trabalhar, de escolher lideranças, de avaliar, de celebrar para que a experiência ali vivida eduque de fato para a cidadania e a para a vivência cristã."*

Dado que o foco fundamental da educação é a personalização do ser humano, torna-se prioritário concentrar esforços dos diversos agentes da sociedade para ajudar a *família*, principal promotora daquele objetivo.

Educar a pessoa para viver a *dimensão comunitária* sugere que os organismos da sociedade revejam como eles mesmos a concretizam para que a manifestem em gestos concretos.

Logo, diversas ações propostas partiram do pressuposto de que toda pessoa é cidadã, é parte de um tecido social, é membro de um povo pelo qual deve se co-responsabilizar. Por isso, o texto-base de 98 conclamava a escola e os grupos sociais a se mobilizarem em prol da *"formação para a cidadania porque sem ela ficamos sem raízes e perdemos nosso chão"*.

5. CONCLUSÃO

Ao analisar o caminho percorrido pela Igreja Católica no Brasil, com relação às estratégias de educação, a partir do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais, pode-se concluir que os movimentos educacionais vinculados à Igreja

Católica não apenas supõem uma compreensão política da “prática social como princípio educativo”, como estão a criar condições para que o projeto e as estratégias de educação da Igreja Católica encontrem ressonância no pensamento das pessoas, principalmente dos cristãos, buscando atingir também os não-cristãos.

Nessa perspectiva a Igreja acredita e defende uma educação transformadora, uma educação que possa transformar as pessoas, para que estas possam transformar a sociedade, uma educação que desenvolva nos educandos a consciência crítica necessária ao engajamento em um projeto de transformação social. Este projeto de transformação social está em aceitar e compreender o modelo educador apresentado à sociedade, ou seja, Jesus Cristo.

Neste aspecto a Igreja buscou dar um passo novo na reflexão sobre o trabalho pedagógico. Deu, além disso, uma profunda ênfase à transformação dos processos metodológicos, de maneira a se criar uma horizontalidade e uma dialogicidade nas relações sociais, valorizar o saber das pessoas, sua experiências de vida e sua capacidade como produtor de cultura e com isto fazer frutificar o seu projeto educativo.

Neste sentido a educação libertadora incorporava também a questão política. Dos educadores vinculados a este movimento exigia-se uma proposta que, além de intenções pedagógicas, contemplasse também as intenções políticas da Igreja Católica.

Todo este movimento partiu dos organismos ligados à Igreja, e, dirigindo-se às camadas populares, através de programas de educação e cultura popular, teve a pretensão de buscar o engajamento político destes setores populares nos projetos que a eles eram dirigidos.

Ao mesmo tempo os efeitos da ação dos militares e da nova política de desenvolvimento, produto das alianças com o capital estrangeiro, propiciaram a internacionalização da nossa economia, com alto crescimento e crescente concentração de renda: arrocho salarial, falta de liberdade para organização, controle sindical, censura. O processo educacional seguia o projeto determinado pelo Estado, dentro dos parâmetros que se exigiam para o País:

Está emergindo uma sociedade nova, um mundo diferente. Há como que duas perspectivas de fundo na consideração de tais mudanças carregadas de potencialidade, mas também de conflitos. Uma é a da modernização desenvolvimentista. Empolga mais os que têm acesso a ela e detêm o poder cultural, político e econômico, seja em escala mundial, seja dentro de cada país. Pode-se dizer que o sistema educativo como um todo depende e está serviço deste projeto modernizador, como bem demonstra a história mais recente da educação brasileira. A Segunda perspectiva é a da libertação. Corresponde à visão dos grupos que, por razões históricas bem precisas, sempre estiveram à margem do segmento modernizador da nossa sociedade e cultura. Nesta gritante disparidade reside uma contradição de fundo que, segundo o papa João Paulo II, constitui um escândalo que nega “o ser o ideal cristão” e contraria “o plano do criador e a honra que lhe é devida.”⁸⁸

Dentro deste quadro político, as experiências de educação patrocinadas pela Igreja tiveram que se recompor como resposta a esta condição de opressão e falta de liberdade.

⁸⁸ CNBB – Educação: exigências cristãs. Edições Paulinas, São Paulo: 1990. P. 32-33.

Foi um trabalho lento, construído no dia-a-dia, condicionado pelas pequenas possibilidades existentes de uma prática alternativa de educação libertadora. Tal condicionamento criou o modelo: as pequenas lutas locais, em todas as instâncias do social, com autonomia em relação às outras formas de organização, como partidos e sindicatos.

As soluções a serem dadas pela Igreja Católica partem do pressuposto de que é preciso ter presente quais os frutos desejados pela ação educativa da Igreja. Ou seja, é indispensável que se defina o tipo de sociedade que se quer e qual o perfil do cidadão adequado a esta sociedade.

Tratando-se de cristãos, retorna a questão das características político-pedagógicas da prática da Igreja Latino-Americana para que seja fiel ao Evangelho e às necessidades do povo desta sociedade em transformação.

A teorização pedagógica desenvolvida no Continente Latino-Americano traça indicadores sobre a pedagogia libertadora, bem como sobre os resultados a serem perseguidos por tal pedagogia. A função primordial da pedagogia libertadora é criar as condições necessárias para que os educandos se instrumentalizem para o seu processo permanente de libertação pessoal e social. Importa que eles se transformem e se assumam como sujeitos do seu processo de desenvolvimento e libertação, através de uma prática realizada mediante a participação e o diálogo, exigências fundamentais para o processo democrático.

As instituições educativas como tais não podem assumir, em hipótese alguma, uma posição político-partidária. Devem, porém, ter consciência da dimensão política de sua ação educativa e posicionar-se através de seus objetivos e práticas educativas a favor da humanização e da construção de nova sociedade.

A educação feita de forma espontânea, não crítica, apesar das boas intenções dos educadores, tem como ponto de referencia a sociedade existente, caracterizada como uma sociedade de injustiça institucionalizada. A educação é gerada pela sociedade e não pode ser significativamente melhor do que a sociedade que a gerou. Por isso a educação tende, por sua natural função sistêmica, a reproduzir, reforçar, justificar as estruturas e relacionamentos da sociedade existente e adaptar as pessoas a essa sociedade. Os Bispos latino-americanos, em Medellín, tinham presente este aspecto quando, propondo uma nova educação, diziam que ela devia antecipar a sociedade desejada para a América Latina. Isso só será possível se ela exercer, corajosamente, a sua função crítica. Nessas situações de vida e de esperança já presentes, se vislumbra uma nova sociedade. Elas vão gerar uma nova educação que deverá antecipar pelos conteúdos, métodos, relacionamentos, a sociedade que se quer, criando condições para a formação de pessoas capazes de a construírem.⁸⁹

Os objetivo ora almeçados pela pedagogia libertadora deverão formar um novo homem. Este novo homem deverá ser formado com um perfil no qual ele se tornará instrumento do Criador e cumprir a tarefa de humanizar e partilhar a obra da criação.

⁸⁹ CNBB – Educação: exigências cristãs. Edições Paulinas, São Paulo: 1990. P. 41

Será um homem com um sentido de liberdade que lhe permita agir consciente e responsabilmente, tomando decisões pessoais e coerentes com seu projeto de vida, e capaz de participar na sociedade, fazendo opções religiosas, políticas e culturais livres.

O novo homem terá senso ético e consciência crítica que lhe permitam avaliar com clareza os acontecimentos e o que está implícito neles, oferecendo soluções apropriadas e comprometendo-se a atuar de forma adequada e eficaz, com o equilíbrio que lhe permita enfrentar, com serenidade e sentido cristão, o êxito e o fracasso. Um homem formado com sensibilidade histórica e capacidade de compromisso e de solidariedade que o impulse a assumir responsabilidades sociais e políticas na construção de um mundo democrático, com relações de comunhão e de participação. Um sujeito construtor da história, livre e solidário, capaz de amar, mas também de resistir e recusar.

O viver em comunidade e a partilha e a convivência fraternas, até à doação de si mesmo, por sua dignidade, é superior a qualquer lei ou organização social, mesmo a mais democrática, e essa cidadania transcende a terrestre, completando-se no “Reino definitivo de Deus”, assumindo uma atitude de amor à coisa pública, de vontade permanente de participação e de abertura ao outro.

Este novo homem saberá ligar a auto-realização à construção do bem comum e da comunhão social, e, através de seu processo de humanização e personalização, se orienta eficazmente para seu fim último, a “Verdade” e “o Sumo Bem”.

Através de uma conversão do seu “eu” profundo e do seu ser social, esse homem caminha para a libertação evangélica pela sua participação no “mistério de Cristo” e se torna membro ativo e responsável do Povo de Deus, no exercício pleno de seus direitos e deveres na Igreja.

Sua missão evangélico-libertadora o desafiará constantemente, à luz dos valores do Reino, a rever suas práticas educativas e as instituições, muitas vezes favorecedoras de valores e práticas que negam o Reino de Deus. Neste contínuo exercício de revisão de vida, o educador poderá melhor discernir a sutil maneira com que Deus mesmo o educa e a um mais profundo compromisso com sua missão, repetindo nele o que fez na vida do próprio Jesus.⁹⁰

Nesta perspectiva, a Educação objetiva preparar para uma sociedade fundamentada na dignidade da pessoa humana, a qual tem como meta a comunhão social, escolhendo como caminho o processo de libertação e colocando

⁹⁰ CNBB – Educação: exigências cristãs. Edições Paulinas, São Paulo: 1990. P. 36

o fraco, o pequeno, o pobre, como sujeito do processo histórico do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento social.

Esta nova sociedade será marcada pela igualdade de todos, pela solidariedade e pela participação como critérios de organização. Defenderá o pluralismo, sendo aberta aos valores que são patrimônio da humanidade, sem preconceitos e discriminações, comprometendo-se com a solução justa e pacífica de todas as controvérsias nacionais e internacionais, e preconizando relações dialogais, participativas e democráticas na sociedade civil.

Essa sociedade buscará superar a contradição entre as estruturas sociais injustas e as exigências do Evangelho, tornando efetiva a justa distribuição dos bens econômicos, culturais e espirituais, de serviços e de oportunidades.

A sociedade deverá garantir a seus segmentos plena liberdade de se associarem e de se organizarem, e a efetiva oportunidade de serem ouvidos e respeitados, bem como a todas as pessoas o direito de manifestarem pública e privadamente a sua fé.

Para conseguir tais objetivos, o educador deverá primar por desenvolver em sua vida valores tais como: dignidade pessoal, firmeza de caráter, solidariedade e união de propostas, fraternidade, honestidade, paciência, força de vontade.

Este é o projeto de homem e sociedade que a Igreja busca formar através da educação libertadora proposta nos documentos de Medellín e Puebla e incorporados em vários documentos da Igreja, inclusive nas campanhas da fraternidade de 1982 e 1998 .

Esta proposta educativa teve bastante força na década de 80, e continua sendo difundida na década de 90, mas o discurso ganhará nova roupagem, embora o fim último seja o mesmo, pois o elemento que permeia as propostas de ação nos dois textos-base da Campanha da Fraternidade de 1982 e da de 1998 é a aplicação da educação evangélico-libertadora, especificada de diversos modos conforme o contexto no qual eles foram produzidos. Tal coerência de pensamento da Igreja recomenda-nos considerar sinoticamente esses documentos, pelo menos na parte referente ao agir.

Definir para que tipo de homem e sociedade educar, para a Igreja será sempre sua meta, pois a ela cabe anunciar o Reino, e portanto, conscientizar o homem de sua verdadeira missão será sempre o alvo a ser alcançado.

Como define o documento Educação, Igreja e Sociedade, a Igreja buscou uma postura pedagógica em que a figura de Jesus seja norteadora da personalização da educação; portanto está buscando uma prática para educação que já é oferecida, só falta assimilarmos que, por mais que tentemos fugir, o processo educacional passa por este determinante:

Jesus ensina sempre desde a vida quotidiana em toda a sua simplicidade. Ao mesmo tempo, suas parábolas têm sutileza, respeitam a inteligência e a acuidade de quem escuta... Jesus tem maneiras diferenciadas e progressivas de apresentar o Reino de acordo com a situação de cada interlocutor. Não tem receio de propor compromissos e exigências maiores, como no sermão da montanha. Parece querer chegar a cada pessoa a partir da realidade e percepção que essa tem do seu caminho...Ele revela uma atenção e acolhimento muito grande às condições psicológicas e espirituais de cada um deles [dos discípulos]...⁹¹.

BIBLIOGRAFIA

- A SERVIÇO da vida e da esperança (Fraternidade e Educação). In: Grande Sinal, vol. 52: 7-22, jan/fev.1998.
- A SERVIÇO da vida e da esperança. *Texto de estudo e trabalho dedicado aos adolescentes*. Associação de Educação Católica do Brasil, Brasília, Ed. Salesiana Dom Bosco (Cadernos da AEC do Brasil, 70), 1997. 56 p.
- A SERVIÇO da vida e da esperança. *Texto de estudo e trabalho dedicado aos jovens*. Associação de Educação Católica do Brasil, Brasília, Ed. Salesiana Dom Bosco (Cadernos da AEC do Brasil, 71), 1997. 47 p.
- A SERVIÇO da vida e da esperança. *Texto-Base CF-98*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1998. 142 p.

⁹¹ CNBB. Educação, Igreja e Sociedade. Edições Paulinas, 1992. P. 54.

- A serviço da vida e da esperança. *Texto-base CF-98*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, São Paulo. Ed. Salesiana Dom Bosco, 1998. 142 p.
- ANTONCICH, Ricardo, Sans, José Miguel M. *Ensino Social da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ARNS, Paulo Evaristo, Dom. , *Opção preferencial pelos pobres: Educação e Nova Sociedade*. Congresso nacional da AEC 11. Anais. São Paulo: Loyola, 1983.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. "*Mudanças objetivas*". In: *Retrato do Brasil: Depoimentos*. São Paulo: Política, 1984. V.IV.
- ARNS, Paulo Evaristo Cardeal. *O que é Igreja*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- AZEVEDO, Marcello de Carvalho. Presença da Igreja na Educação. In: *Educação: exigências cristãs*. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, São Paulo. Ed. Paulinas (Col. Estudos da CNBB, 63), 1992: p. 18.
- BARBAGLIO, G. *1-2 Coríntios*. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
- BARBAGLIO, G. *São Paulo: O Homem do evangelho*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BEOZO, J. Oscar e Outros. *História da Igreja no Brasil: ensaio e interpretação através do povo*. Petrópolis, 1980.
- BEOZZO, Oscar José Pe. *A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BETO, Frei . *Catecismo popular*. São Paulo. Editora Ática, 1992.
- BETO, Frei. *O que é comunidade eclesial de base*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- BETO, Frei. *Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighela*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Bíblia Sagrada. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- BÍBLIA. 1ª Epístola aos Coríntios. Português. *Bíblia Sagrada* Trad. de Jvo Storniolo; BALANCIN, Euclides Martins. São Paulo: Edições Paulinas.
- BOFF, Clodovis. *Teologia da Libertação: Apresentação* in Comunidade Eclesial, Comunidade Política.
- BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*, Lisboa, Multinova, 1976.
- BONI, Luiz Alberto P. *Catolicismo no Brasil: Início do fim?*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1977.

- BORAN, Jorge. *O senso crítico e o método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base*. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- BORNKAMM G. *Paulo: vida e obra*. Petrópolis : Vozes, 1992.
- BORTOLINI, José. *Como ler a primeira carta aos Coríntios*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARON, Lurdes. *Uma Campanha da Fraternidade para tratar da Educação*. In: *Vida Pastoral*, São Paulo, Ed. Paulus, n.199: 2-9, março/abril 1998.
- CASTRO, Marcos de. *64: Conflito Igreja x Estado*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CAVA, Ralph Dela (org). *A igreja em flagrante*. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER, 1985.
- CELAM, *a Igreja na atual transformação da América Latina à Luz do Concílio, Conclusões de Medellín*, Petrópolis: Vozes, 1969, 2ª Edição, p.42.
- CNBB, *Educação e Fraternidade: a verdade vós libertará: manual*, Editora Salesiana Dom Bosco, SP, 1982.
- CNBB, *Fraternidade e Educação: a serviço da vida e da esperança: manual*, Editora Salesiana Dom Bosco, SP, 1998.
- CNBB. *Das diretrizes para Santo Domingo, 1992*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, Documento 48.
- CNBB. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil - 1995-1998*. Documento da CNBB, nº 54. São Paulo: Edições Paulinas, 1995.
- CNBB. *Educação, Igreja e Sociedade*. Coleção Documentos da CNBB, nº. 47. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- CNBB. *Educação: exigências cristãs*. Coleção Estudos da CNBB, nº 63. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- CNBB. *Ética: Pessoa e Sociedade*. Documentos da CNBB, nº 50. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
- CNBB. *Evangelização e pastoral da universidade*. Coleção Estudos da CNBB, nº 56. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- CNBB. *Igreja: Comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*. Documentos da CNBB, nº 40. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

- CNBB. *Para uma Pastoral da Educação*. Coleção Estudos da CNBB, nº. 41. São Paulo: Edições Paulinas, 1996.
- CNBB. *Rumo ao Novo Milênio - Projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande jubileu do ano 2000*. Documentos da CNBB, nº 56. São Paulo: Edições Paulinas, 1996.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. Editora Vozes, 1968.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Decreto AD GENTES. Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decreto, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1967, p. 378-79.
- CONCLUSÕES de Medellín sobre Educação. In: *Documentos da Igreja sobre Educação*. Rio de Janeiro, Associação de Educação Católica do Brasil (Cadernos da AEC do Brasil, 9), 2.ed. pp. 41-50, 1978.
- CONSTITUIÇÃO Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje. In: *Documentos do Vaticano II. Constituições, Decretos e Declarações* (1966). Petrópolis, Ed. Vozes: 137-252.
- CRESPI, Franco. *A experiência religiosa na pós-modernidade*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.
- DALE, Romeu, Frei e outros. *As relações Igreja - Estado no Brasil*. São Paulo: Loyola/CPV, 1986.
- DAVIS. John D. *Dicionário da Bíblia*. Tradução do Ver. J. R. Carvalho Braga. 8ª edição. Rio de Janeiro, Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1982;
- DEL PINO. Mauro Augusto Burkert. *Educação, trabalho e novas tecnologias: as transformações nos processos de trabalho e de valorização do capital*. Pelotas: Editora Universitária, 1997.
- DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985)*. São Paulo: Paulus, 1989.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. *A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- Evangelização no presente e no futuro da América Latina, Conclusões da Conferência de Puebla. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.
- FAURE, Pierre (1993), *Ensino personalizado e comunitário*. São Paulo, Ed.Loyola, 1993, 103 p.

- FERNADES, Jose Cobo (org). *A Pastoral entre Puebla e Santo Domingo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- FERNANDES, Florestam. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus Editora, 1966.
- FERREIRA, Liliana Soarea., Boneti, Lindomar Wessler. *Educação e Cidadania*. Ijuí: Editora UNIJUI, 1999.
- FRANCO, Marília. *Linguagens Audiovisuais e Cidadania*. In *Comunicação e Educação*. São Paulo: USP. Ano 03. Nº 09. P. 120. Maio/Agosto, 1997.
- FRATERNIDADE E EDUCAÇÃO (I). In: *Vida Pastoral*, São Paulo, Ed. Paulus, n.198, jan./fev. 1998.
- FRATERNIDADE E EDUCAÇÃO (II). In: *Vida Pastoral*, São Paulo, Ed. Paulus, n.199, março/abril 1998.
- FRATERNIDADE E EDUCAÇÃO. *Introdução à Campanha da Fraternidade 'A serviço da vida e da esperança'*. Rio de Janeiro, Comissão Arquidiocesana da Campanha da Fraternidade, 1998. 24 p.
- GARCIA, Jacinta Turolo. *Educação para a solidariedade: uma questão de coerência*. Bauru: EDUSC, 2000.
- GIANNELLA Júnior, Fulvio. *Passaporte para a cidadania*. In: *Família Cristã*, São Paulo, Ed. Paulinas, n.746: 16-20, fevereiro de 1998.
- GOMES, Pedro Gilberto. *A Comunicação Cristã em tempo de repressão*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995.
- GRAVISSIMUM EDUCATIONS, *Declaração do Concílio Ecumênico Vaticano II*, promulgada pelo Papa Paulo VI, na sessão de 28 de outubro de 1965.
- GREGORY, Afonso (org). *Comunidade Eclesiais de Base: Utopia ou realidade*. Rio de Janeiro/Petrópolis: CERIS/Vozes, 1973.
- GUIMARÃES, Almir Ribeiro, Frei. *Comunidades de base no Brasil. Uma nova maneira de ser Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *A Família e os excluídos: Era tu, Senhor?*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*, Petrópolis, Vozes, 1976;
- Instituto Nacional de Pastoral (org). *Pastoral da Igreja no Brasil nos anos 70*. Petrópolis; Vozes, 1994.

- JOÃO PAULO II (1995), *Carta Encíclica Evangelium Vitae, sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana*. São Paulo, Ed. Loyola. 148 p.
- JOÃO PAULO II, *A praga do analfabetismo contribui para manter as condições de miséria*, Mensagem para a Quaresma de 1995.
- KLEIN, Luiz Fernando (1997), *O atual paradigma pedagógico dos jesuítas e a proposta de Pierre Faure: educação personalizada e solidariedade*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo (S.P.), 382 p.
- KLEIN, Luiz Fernando. *A serviço da vida e da esperança: Campanha da Fraternidade de 1998. Roteiro de leitura*. Curso para a AEC/PR, Curitiba: 19 e 20 de fevereiro de 1998. Mimeografado, 11 p.
- KLINGE, Doig Germán. *Dicionário Rio Medellín Puebla*. Edições Loyola. São Paulo, 1992.
- KLOPPENBURG, Boaventura. "Introdução Geral". In *Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decretos e Declarações. Petrópolis: Vozes, 1967, p.7.
- KRISCHKE, Paulo J. *A igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LIBANEO, J.B. "Caminhada da Educação Libertadora de Medellín a nossos dias". Brasília: Revista AEC, nº 107, 1997.
- LIBANEO, J.B. *Pastoral numa sociedade de conflito*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LIBANEO, João Batista. *A Arte de formar-se*. São Paulo. Edições Loyola, 2001.
- LIBANEO, João Batista. *Cenários da Igreja*. São Paulo; Edições Loyola, 1999.
- LIBANEO, Pe. João Batista. III Conferencia Geral do Episcopado Latino-Americano. *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- LIBÂNIO, J. B. *Evangelização e Libertação*. Reflexões aplicadas à vida religiosa, Petrópolis, Vozes — CRB, 1975.
- LIBÂNIO, João Batista. Educação e a campanha da fraternidade de 1998. In: *Mensageiro do Coração de Jesus*, São Paulo, Ed. Loyola, n. 1158: 34-36, março 1998.
- LOPES, E. M. T. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo, Ática, 1989.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- MEDINA, C.A. e Oliveira, P. A. Ribeiro. *A Igreja Católica no Brasil: uma perspectiva sociológica* in Revista Eclesiástica Brasileira, Volume 34, fasc. 129, março de 1973.
- MENDES, D. T. (coord) *Filosofia da Educação brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1987.
- MESTERS, Carlos. *Círculos Bíblicos. Fraternidade e Educação a serviço da vida e da esperança*. São Paulo, Ed. Paulus, 1997, 62 p.
- MORAIS, João Francisco R. *Os bispos e a política no Brasil*: Cortez, 1982.
- MORAIS, Vamberto. *A primeira comunidade cristã e a religião do futuro*. São Paulo: IBRASA, 1992.
- MOREIRA, Alves Márcio. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- NERY, Israel José. *Educação e fraternidade: A CF-98*. In: *Convergência*, Brasília, Conferência dos Religiosos do Brasil, n. 309: 10-20, jan/fev. 1998.
- OCARM, Carlos Mesters. *Paulo Apóstolo um trabalhador que anuncia o Evangelho*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- PUCCI, Bruno. *A nova práxis educacional da Igreja*. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.
- REGAN, David. *Igreja para a Liberdade - Retrato Pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986
- Revista AEC, nº 35, ano 9 - 1980.
- Revista de Educação AEC, ano 14, nº 55, Jan/mar 1985.
- RICHARD, Pablo. *A Igreja Latino-Americana entre o temor e a esperança*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Religião e Classes populares*. Vozes, 1980.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado crítico do populismo Católico*. São Paulo: Kairós, 1979
- SALEM, Helena. "Dos palácios à miséria da periferia" in VÁRIOS. *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981
- SALVINI, D. Afonso. *São Paulo Apóstolo*. São Paulo: Edições Paulinas. 1967

SANCHES, Tomás Parra. *Comunidades proféticas a caminho: as primeiras comunidades cristãs*. São Paulo: Paulinas, 1996; *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda

SANCHEZ, Tomás Parra. *Paulo: aventura entre os pagãos*. São Paulo: Paulinas, 1996;

Santo Domingo - IV Conferência do Episcopado Latino-Americano - *Nova Evangelização, promoção humana e cultura cristã*. 7ª Edição, Tradução oficial da CNBB.

SCHELBAUER. Anaete Regina. *Idéias que não se realizam - O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: Eduem, 1998

Setor Pastoral social - CNBB. *A Prática da cidadania como educação política*. Petrópolis: Vozes, 1986

TANGERINO, Márcio R.P. *A política na Igreja do Brasil*, Editora Alínea, 1997

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para Transformar - Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.